

Telma Marília Assunção Correia

# **A Família Azevedo Aguiar Brandão e a Indústria do Papel**

## **(séculos XIX e XX)**



Dissertação de Mestrado em História e Património – Ramo Arquivos  
Históricos

Orientadores: Professora Doutora Amélia Polónia

Dra. Maria José Ferreira dos Santos

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2009

## **Agradecimentos**

Aos meus pais e a toda a minha família, por todo o apoio, compreensão, paciência e tão-somente por estarem presentes...

Um agradecimento muito especial às minhas orientadoras: Professora Doutora Amélia Polónia e Dra. Maria José Ferreira dos Santos, pela disponibilidade, afectividade, preocupação, simpatia, amizade e dedicação que ambas demonstraram, tanto a nível profissional como pessoal.

A todos os meus amigos, especialmente, à Laura, ao Nuno, à Sónia, à Carla, à Sofia e à Andreia, e colegas de mestrado que debateram connosco a feitura do presente trabalho e ao seu incansável apoio e amizade.

À equipa do Museu do Papel pelo apoio, dedicação, empatia e amizade que demonstraram ao longo destes meses de trabalho.

O meu muito Obrigada.

## Sumário

Agradecimentos.....	1
Resumo.....	3
Abstract.....	4
Introdução.....	5
• Metodologia.....	8
I. Contextualização Histórica.....	12
1.1 A indústria portuguesa nos séculos XIX e XX: as fábricas de papel.....	12
1.2 A indústria do Papel no Distrito de Aveiro e no Concelho da Feira.....	15
1.3 A Família Azevedo Aguiar Brandão e a Indústria do Papel.....	23
II. Projecto. A família Azevedo Aguiar Brandão e a indústria do papel (séculos XIX e XX).....	30
III. O Arquivo da Família Aguiar Brandão. Acessibilidade, organização, descrição e indexação de conteúdos .....	33
1. A particularidade dos arquivos de família.....	33
2. A concretização do projecto: estudo, preservação, organização, descrição e indexação de um arquivo de família.....	40
3. Tarefas complementares desenvolvidas durante o estágio.....	47
3.1 Contacto com o complexo do edificado do Museu do Papel e familiarização com a sua dinâmica.....	47
3.2 Formação profissional complementar.....	52
IV. Conclusão.....	55
Bibliografia.....	5

**Resumo:**

Tradicionalmente, bibliotecas e arquivos, enquanto instituições ou serviços responsáveis pela aquisição, conservação e organização dos documentos de arquivo, têm sido considerados locais privilegiados de conservação da memória, estando estreitamente relacionados com a custódia de documentos e com o objectivo de servir os interesses culturais e de investigação, nomeadamente da investigação histórica.

Defendendo dissertação no âmbito do Mestrado de História e Património – Ramo de Arquivos Históricos, a divulgação e consulta de informação histórica são objectivos que traçamos para este projecto, centrados no estudo do espólio documental respeitante às fábricas de papel da família Azevedo Aguiar Brandão. Para tanto, reunimos a documentação de cariz industrial existente nesse arquivo de família, fazendo o seu tratamento e descrição arquivística, como meio de disponibilização da informação nela contida, para fins de investigação e como instrumento de apoio às actividades de dinamização patrimonial e mediação cultural desenvolvidas pelo Museu do Papel de Santa Maria da Feira, ao mesmo tempo que potenciámos a acessibilidade a um fundo documental até agora inacessível.

O presente relatório tem como objectivos a apresentação de um projecto de investigação desenvolvido em ambiente de trabalho, através de um estágio acolhido pelo Museu do Papel, e nele pretendemos:

1. explicitar o percurso de pesquisa e de tratamento de informação, em ordem a contextualizar a produção da informação em análise;
2. delinear as respectivas fases de concretização;
3. proceder ao tratamento técnico da documentação, a nível do documento, segundo normas arquivísticas internacionalmente aceites;
4. apontar vias de dinamização patrimonial e de divulgação cultural que a informação patente no património documental em estudo poderá viabilizar, em articulação com um projecto Museológico: o do Museu do Papel Terras de Santa Maria, em Paços de Brandão, Santa Maria da Feira.

O trabalho final que se apresenta funciona, em simultâneo, como relatório de estágio.

**Abstract:**

Traditionally, libraries and archives, as institutions or services responsible for acquisition, preservation and organization of documents of archive, have been considered privileged places of preservation of memory, being closely related with the custody of documents, with the purpose of serving cultural and investigation interests, particularly historical research.

Sustaining thesis under the Master of History and Heritage – Branch of the Historical Archives, the disclosure and consult of historical information are aims that we trace for this project, focused on the study of documental booty concerning the paper factories of the family Azevedo Aguiar Brandão. Thus we have gathered the documentation of industrial nature existing in that family archive, doing its archival treatment and description, as a way of turning available information therein, for research proposes and as a support tool to dynamic patrimonial activities and cultural mediation developed by the Paper Museum of Santa Maria da Feira, at the same time, we promote the access to a documental background until now inaccessible.

This report's goal is the presentation of an investigation project developed at work context, through a stage accepted by the Paper Museum, and with it we want to:

1. explain the research course and the information treatment, in order to contextualize the production of information under review;
2. outline the respective stages of development;
3. proceed with the documentation technical treatment, at a document level, according to archival standards internationally accepted;
4. point process of patrimonial dynamic as well as cultural disclosure, that information manifested on the documental heritage in study may enable, in conjunction with a Museum project: the one of the Paper Museum of Santa Maria da Feira.

The final task presented works, simultaneously, as stage report.

## Introdução

Este anteprojecto enquadra-se no âmbito do Mestrado em História e Património – Ramo Arquivos Históricos e emerge como o ponto de partida para o desenvolvimento de futuros trabalhos.

Um dos objectivos que pretendemos atingir é o de explicitar um percurso de pesquisa e de tratamento de informação, assim como delinear as respectivas fases de desenvolvimento, inerentes ao projecto de curso que ambicionamos cumprir.

Deste modo, o presente trabalho inicia-se com a definição do objecto de estudo escolhido e a sua problemática, passando para a descrição e avaliação da recolha de informação efectuada em função dessa temática, a partir de outros estudos disponibilizados sobre este mesmo assunto. A questão industrial portuguesa nos séculos XIX e XX surge como pano de fundo do nosso projecto, uma vez que o objecto de estudo – o Arquivo da Família Aguiar Brandão – insere-se nesse tempo e problemática, nomeadamente no que se refere à indústria do papel.

Toda a investigação é um processo dinâmico. Inicialmente, concebemos um projecto que incidiria sobre a indústria do papel em todo o concelho de Santa Maria da Feira, mas, posteriormente, e após uma conversa com a Directora do Museu do Papel, a Dra. Maria José Ferreira dos Santos, propusemo-nos trabalhar e estudar as fábricas de papel da família Azevedo Aguiar Brandão. Fomos receptivos a esta proposta, uma vez que o Museu do Papel Terras de Santa Maria integra o espaço das antigas fábricas dos Azevedos (a Fábrica de Cima e a Fábrica de Baixo, já em ruínas), para além de uma outra fábrica: a fábrica de Custódio Pais.

Numa tentativa de harmonizar a temática escolhida, o espaço e as actividades de extensão cultural do Museu do Papel, importantes decisões foram tomadas, no sentido da integração da documentação de cariz industrial num *núcleo de centro de documentação virtual*. Essa decisão foi tomada em consonância, quer com a orientação científica da Faculdade de Letras, quer com a Directora do Museu do Papel. Nesse núcleo de centro de documentação sobre a indústria do papel será integrada, nesta primeira fase, somente a documentação de cariz industrial, uma vez que o tema escolhido para levar a cabo a execução deste projecto incide sobre as fábricas de papel da Família Azevedo Aguiar Brandão. Daí decorre uma outra importante decisão: a de seleccionarmos, para tratamento e descrição arquivística, apenas a documentação de

cariz industrial, presente num arquivo de família que cumulava documentação pessoal com documentação produzida no âmbito funcional das fábricas de papel de sua propriedade. Essa decisão não foi tomada, porém, nem a documentação seleccionada, sem antes se inventariar e identificar todo o acervo documental e só depois de estudada a sua organização interna. Ressalve-se que o Museu tem acesso a toda documentação desse arquivo de família, uma vez que esse acervo documental se encontra inteiramente digitalizado. A demais documentação, aquela que não se debruça sobre a gestão das fábricas, será incorporada, igualmente, numa segunda fase, já para além deste projecto inicial que nos propusemos cumprir.

Constitui, pois, objecto deste trabalho o estudo das fábricas de papel da família Azevedo Aguiar Brandão, no concelho da Feira, entre os séculos XIX e XX. Para isso propomo-nos criar um *núcleo de um Centro de Documentação virtual*, a fim de reunir a documentação de cariz industrial, e disponibilizá-la aos investigadores / historiadores e a todos aqueles que se debruçam sobre esta temática<sup>1</sup>.

No decorrer deste percurso, propomo-nos abordar questões pertinentes ao tema, como, por exemplo, a questão da indústria em Portugal, de um modo genérico, para se compreender e enquadrar o âmbito em que se insere o objecto deste trabalho, mas também fazer uma contextualização da produção da informação contida no arquivo em estudo. Nesse sentido, impôs-se uma abordagem da indústria do papel, ao nível do distrito de Aveiro e, sobretudo, do concelho da Feira, dado que o objecto de estudo deste trabalho incide sobre a indústria papeleira nesse concelho.

Consideramos o tema proposto para estudo interessante e pertinente, uma vez que a indústria do papel continua a ser um pilar importante da indústria do concelho da Feira, e durante muito tempo liderou a vaga de industrialização papeleira que caracterizou a vida económica do distrito de Aveiro, visto ser o concelho da Feira<sup>2</sup> aquele que abrangia a maioria das fábricas de papel<sup>3</sup>. De salientar que este concelho se insere numa zona rural, sobretudo no período cronológico escolhido para análise.

Daqui decorre um dos objectivos do trabalho: o de reconstruir a memória da indústria do papel, dada a sua importância como elemento estruturante da economia e da

---

<sup>1</sup> Ver ponto II deste trabalho.

<sup>2</sup> Hoje designado como concelho de Santa Maria da Feira.

<sup>3</sup> Dentro do concelho da Feira, as unidades papeleiras não se distribuem de um modo uniforme. Estas indústrias concentravam-se, fundamentalmente, nas freguesias de S. Paio de Oleiros e Paços de Brandão.

organização social de toda uma região, resultando daqui quadros mentais da comunidade social que a dinamizou.

O texto de contextualização histórica que se apresenta pretende, tão somente, constituir uma primeira aproximação ao tema e, simultaneamente, servir futuras investigações.

Delimitado o tema do trabalho, importa precisar o seu âmbito cronológico. O período cronológico escolhido para este estudo, abrange, essencialmente, os séculos XIX e XX, embora não possamos esquecer que “a indústria de papel se desenvolveu, ao longo de quase três séculos, em duas fases distintas”, de acordo com Maria José Ferreira dos Santos<sup>4</sup>.

O início do século XVIII coincide com o arranque da indústria papelreira no concelho da Feira<sup>5</sup>, que no decorrer do século XIX se foi transformando progressivamente, provocando profundas alterações na vida económica e social deste concelho. No entanto, no século XX viviam-se tempos difíceis nos diversos sectores industriais portugueses, e a indústria papelreira não foi excepção. Perante este panorama de défice económico, algumas unidades industriais tiveram mesmo que encerrar os seus serviços.

Este estudo incidirá, geograficamente, sobre a indústria papelreira no concelho da Feira, mais propriamente nas freguesias de Paços de Brandão e S. Paio de Oleiros. Embora o tema central deste estudo seja a região do concelho da Feira, não podemos deixar de referir que, ao longo do trabalho, trataremos algumas questões relativas às fábricas de papel na região de Braga<sup>6</sup> e Coimbra<sup>7</sup>, pois existem pontos em comum entre elas, tais como o modo de funcionamento e produção do papel, visto que, inicialmente, estiveram em contacto directo com o genovês José Maria Ottone, o qual implementou

---

<sup>4</sup> SANTOS, Maria José Ferreira dos – **A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (séculos XVIII e XIX)**. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 1997. ISBN: 972-96299-4-3.

<sup>5</sup> A Fábrica de Nossa Senhora da Lapa foi fundada em 1708, na freguesia de S. Paio de Oleiros. Ver SANTO, Maria José Ferreira dos - **A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (séculos XVIII e XIX)**, (*op. cit.*).

<sup>6</sup> OLIVEIRA, Aurélio de – **Fabrico de papel em Braga no século XVI**. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2007.

<sup>7</sup> MENDES, José Amado – **A área económica de Coimbra – estrutura e desenvolvimento industrial 1867-1927** (*op. cit.*), (p.183-194).

no nosso país técnicas de fabrico de papel e formas de gerir uma indústria de papel que anteriormente não se conheciam<sup>8</sup>.

O distrito de Aveiro, nomeadamente o concelho da Feira, usufrui de excelentes recursos que foram o motivo pelo qual se procedeu à instalação do engenho do papel nesta região. Repare-se que, para além de ser uma região essencialmente rural, em que a população se dedica, sobretudo, à agricultura, possui uma rede de água e moinhos capazes de fazer laborar engenhos do papel. Aí irão surgir pequenas fábricas, com um número de operários muito reduzido, mas que se dedicavam afincadamente ao processo do fabrico do papel, produzido, essencialmente, a partir de trapos. Só mais tarde é que passaram a reutilizar o papel “velho”<sup>9</sup>.

### ▪ Metodologia

Definido o objecto de trabalho em termos de tempo e espaço, resta-nos clarificar um conjunto de estratégias metodológicas que serão o suporte deste estudo, numa tentativa de justificar o trabalho desenvolvido.

O tema deste trabalho, *A Família Azevedo Aguiar Brandão e a Indústria do Papel (séculos XIX e XX)*, insere-se no âmbito da História Local e Regional, aludindo, sempre que se justifique, à História Nacional, nomeadamente ao estudo da industrialização portuguesa, no período cronológico previamente definido.

Assim, tentaremos analisar de um modo comparativo, as informações recolhidas, à medida que o projecto se vai desenvolvendo, tendo, sempre, em consideração o espaço distrital e nacional. Note-se que tentaremos problematizar os motivos que conduziram à instalação desta indústria nesta região do país, já que o concelho da Feira e todo o distrito de Aveiro eram constituídos por uma elite local de grandes proprietários rurais, numa tentativa de explicar a situação social e industrial em torno do papel.

Uma preocupação de contextualização e de síntese de informação disponível sobre esta matéria constituem, pois, dois dos recursos metodológicos seguidos.

---

<sup>8</sup> De realçar que a Itália, desde muito cedo, se destacou como sendo um dos principais produtores de papel em toda a Europa. Claro está, que Portugal importava resmas e resmas de papel de vários países, nomeadamente de Itália.

<sup>9</sup> Note-se que em consequência deste facto, muita documentação que actualmente consideraríamos fundamental para se perceber o funcionamento das indústrias papeleiras e modos de produção, consumidores, etc., pode ter sido destruída para se voltar a fazer papel novo!

Numa primeira fase do projecto, justificou-se um trabalho de campo muito preciso, com vista a fazer o levantamento das fábricas de papel da família em estudo, na região, identificando-as e, de igual modo, caracterizando os seus primeiros proprietários. Trata-se de questões pertinentes e fulcrais para o desenvolvimento deste projecto, até porque parte da documentação acessível e disponível encontra-se no **Arquivo da Família Azevedo Aguiar Brandão**, na Casa de Riomaior, em Paços de Brandão<sup>10</sup>. A importância deste arquivo de uma importante família ligada à indústria do papel é inquestionável, dada a carência de arquivos industriais que documentem esta actividade.

Porque o específico objecto de trabalho são os documentos desse arquivo, coube-nos a função de organizar cuidadosamente a documentação existente e disponibilizar a informação nela contida, de acordo com as regras da Arquivística, nomeadamente as ISAD (G)<sup>11</sup>. Por fim, pareceu-nos ser extremamente importante passarmos à divulgação deste projecto, que poderá ser relevante, quer para os futuros investigadores ou mesmo amadores que se interessem por esta temática, quer para as específicas actividades a desenvolver pelo Museu do Papel, que nos facultou as condições institucionais, técnicas e pessoais para o desenvolvimento deste projecto.

As fontes manuscritas são a base para o estudo da indústria do papel e essa documentação, na sua maioria, está nas mãos de particulares, descendentes de antigos fabricantes de papel. Saliente-se que vários arquivos familiares (maioritariamente manuscritos) e fabris/empresariais foram incorporados no Centro Documental do Museu do Papel, quer através de doações, quer através de depósitos temporários, facilitando, assim, e auxiliando o estudo dos investigadores deste tema. Estas fontes contêm contributos essenciais, até mesmo preciosos, para o estudo da indústria do papel. Entre os documentos originais que sustentam o estudo desta temática, encontram-se escrituras de compra das fábricas, contratos de arrendamento, boletins do Instituto Nacional de Estatística, entre outros. Assim sendo, os arquivos de família são excelentes pontos de referência para levar a cabo um projecto desta amplitude, já que possuem documentação

---

<sup>10</sup> Essa documentação de família foi transferida para o Museu do Papel Terras de Santa Maria, por um período de tempo, acordado entre a autarquia de Santa Maria da Feira e a proprietária dessa documentação, e posteriormente, devolvida à família.

<sup>11</sup> ISAD (G) – General International Standard Archival Description.

original riquíssima e fundamental para o estudo dos procedimentos técnicos e do funcionamento dessas unidades fabris.

Finalmente, no que se reporta à bibliografia geral consultada, podemos afirmar que, inicialmente, pareceu-nos mais escassa, mas com alguma persistência, obras de referência foram surgindo, revelando que esta temática continua a suscitar interesse por parte de alguns investigadores. Nesta questão da bibliografia, em particular, gostaríamos de evidenciar que não pesquisámos, somente, bibliografia sobre a indústria papelreira, mas obras gerais que tratam a economia e indústria portuguesas, em geral, entre as quais a mais recente obra colectiva, dirigida por Pedro Lains<sup>12</sup>. De salientar também a consulta de Histórias de Portugal, nomeadamente a “*História de Portugal*”, dirigida por José Mattoso, que são, sempre, um contributo para o desenvolvimento de qualquer temática que se dedica ao estudo da História de Portugal, quanto mais não seja, para se proceder à respectiva contextualização histórica.

A pesquisa bibliográfica respeitante à temática das indústrias de papel não se limitou, exclusivamente, ao distrito de Aveiro e ao Concelho da Feira. Ampliamos os horizontes bibliográficos e estendemos a pesquisa a outras regiões do país, nomeadamente a Braga e à Lousã, já que a José Maria Ottone foram concedidos privilégios para gerir as três fábricas de papel, em períodos distintos e nas regiões acima mencionadas. Para o estudo da indústria do papel em Terras de Santa Maria revelou-se imprescindível a obra de Maria José Ferreira dos Santos<sup>13</sup>, encontrando também contributos na dissertação de doutoramento de Inês Amorim<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> Selecionamos, como ponto de partida, autores como Jorge Borges de Macedo: **Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII** (*op. cit.*); José Amado Mendes: **História da indústria portuguesa: da idade média aos nossos dias** (*op. cit.*) e **A área económica de Coimbra – estrutura e desenvolvimento industrial 1867-1927** (*op. cit.*); Pedro Lains: **A economia portuguesa no século XIX: crescimento económico e comércio externo 1815-1913** e **A evolução da agricultura e da indústria em Portugal 1850-1913** (*op. cit.*); entre outros.

<sup>13</sup> SANTOS, Maria José - **A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (séculos XVIII e XIX)** (*op. cit.*). Este trabalho é muito enriquecedor e um importante contributo para quem se dedica a esta temática.

<sup>14</sup> AMORIM, Inês – **Aveiro e a sua provedoria no século XVIII: 1690-1814: estudo económico de um espaço histórico**. Comissão de Coordenação da Região Centro. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 1996.

Não podemos deixar salientar que grande parte da recolha bibliográfica foi feita, inicialmente, através da **World Wide Web**, auxiliando-nos de motores de pesquisa que, actualmente, são indispensáveis e úteis a qualquer investigação:

- <http://opac.porbase.org#focus>, sistema de pesquisa através do PORBASE, programa utilizado pelas bibliotecas portuguesas;
- <http://aleph.lettras.up.pt>, motor referente ao sistema de pesquisa utilizado pela Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

# I - Contextualização Histórica

## I.1. A indústria portuguesa nos séculos XIX e XX: as fábricas de papel

A história da indústria, em Portugal, mereceu pouca atenção dos investigadores / historiadores até meados do século XX, como afirma José Amado Mendes<sup>15</sup>.

A industrialização constitui um fenómeno histórico de grande relevância. Alguns investigadores têm tido dificuldade em encontrar resposta plausível para duas questões fundamentais: terá havido, em Portugal, uma revolução industrial? Se houve, em que período terá ocorrido? Apesar de tudo, têm sido dadas algumas repostas. No “*Dicionário de História de Portugal*”, dirigido por Joel Serrão, admite-se que a revolução industrial no nosso país terá chegado com a máquina a vapor (por volta de 1835)<sup>16</sup>.

O sector das actividades industriais registou, nos séculos XVII e XVIII, um crescimento acentuado, mais evidente no século XVIII, visto que predominava o trabalho oficinal e doméstico e o indissociável equipamento técnico rudimentar<sup>17</sup>. Tendo em conta vários estudos desenvolvidos por investigadores como Vitorino Magalhães Godinho e Jorge Borges de Macedo, a indústria portuguesa, nesta época, conheceu três impulsos industrializadores: o primeiro, com início em 1670-1675, abrange o último quarto do século XVII. O segundo situa-se entre 1720 e 1740. Finalmente, o terceiro, desencadeado pela política industrial do Marquês de Pombal, decorre nas décadas de 1760 e 1770<sup>18</sup>. Posteriormente, na transição do século XVIII para o XIX, a economia portuguesa apresentava uma situação relativamente desafogada, visto que a nível interno havia beneficiado da política de industrialização pombalina. No que respeita ao nível externo, o desencadear da

---

<sup>15</sup> RODRIGUES, Manuel Ferreira; MENDES, José Amado – **História da Indústria Portuguesa: da Idade Média aos Nossos Dias** (*op. cit.*).

<sup>16</sup> SERRÃO, Joel – A Indústria. In **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Livraria Figueirinhas, Vol. III 1989, ( p. 301-315).

<sup>17</sup> Ver RODRIGUES, Manuel Ferreira; MENDES, José Amado – **História da Indústria Portuguesa: da Idade Média aos Nossos Dias** (*op. cit.*).

<sup>18</sup> *Idem.*

Revolução Francesa e outras guerras que despertaram na Europa contribuiu para que Portugal pudesse reforçar a sua política de exportações, com destaque para os produtos industriais.

Ao longo do século XVIII, o desenvolvimento manufactureiro beneficiou com o aparecimento de novas indústrias transformadoras: o fabrico do papel foi um desses casos. Note-se que, para o arranque desta manufactura, foi determinante estarem reunidos, nas diferentes regiões, um conjunto de factores indispensáveis à produção do papel, tais como os recursos naturais (a água, por exemplo) e as matérias-primas (inicialmente recorria-se ao uso do trapo). As fábricas de papel no século XVIII estenderam-se um pouco por todo o país, embora se deva prestar uma atenção especial à fábrica de papel localizada na região de Braga, às fábricas de papel no concelho da Feira e Terras de Santa Maria e às fábricas instaladas na região de Coimbra (nomeadamente a Fábrica de Papel da Lousã<sup>19</sup>) e às fábricas de papel da região de Tomar.

O fabrico do papel e a sua expansão foi fortemente condicionado pela falta de trapo e pelo seu preço elevado<sup>20</sup>, visto que o tecido, nomeadamente branco, era a principal matéria-prima utilizada no fabrico do papel, embora em Portugal a generalização desse produto se tenha deparado com a resistência do pergaminho que continuava a ser um material-suporte mais requintado e requisitado, sobretudo para se produzir os principais tratados e documentos importantes.

Percorrendo alguns estudos no que concerne a esta temática, ou mesmo às fontes que chegaram até nós, facilmente percebemos que o fabrico do papel, nomeadamente em Braga<sup>21</sup>, S. Paio de Oleiros (Feira)<sup>22</sup> e Lousã<sup>23</sup>, esteve

---

<sup>19</sup> CAMPOS, Maria do Rosário Castiço de – **Redes de Sociabilidade e de poder: Lousã no século XVIII** (*op. cit.*), (p. 75-131).

<sup>20</sup> SANTOS, Maria José Ferreira dos – **A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (séculos XVIII e XIX)**, (*op. cit.*), (p. 28).

<sup>21</sup> A notícia de produção de papel em Braga, reporta ao ano de 1706. Ver Oliveira, Aurélio de – **Fabrico de papel em Braga no século XVI** (*op. cit.*).

<sup>22</sup> A indústria de papel no concelho da Feira inicia-se com a fundação, em 1708, da Real Fábrica de Papel de Nossa Senhora da Lapa, mais conhecida por “Engenho Velho”.

<sup>23</sup> O contributo de Maria José Santos no recente artigo publicado sobre José Maria Ottone, antecipa para 1713 a presença de Ottone na Lousã, contrariando a historiografia tradicional que aponta a data de 1716. Ver SANTOS, Maria José Ferreira dos – José Maria Ottone e a Indústria do Papel em Portugal no século

intimamente ligado ao nome de um genovês, José Maria Ottone<sup>24</sup>. Este técnico papelero beneficiou de vários privilégios, através de alvarás régios, para desenvolver e organizar a fábrica de papel de Braga, a fábrica de Nossa Senhora da Lapa e, posteriormente, a fábrica de Papel da Lousã. Enfim, esta actividade industrial, no que respeita ao concelho da Feira e Terras de Santa Maria, determinou, ao longo de três séculos, parte importante do fluxo económico do concelho.

A indústria papelera, em meados do século XIX, era, de facto, a indústria de maior implantação no distrito de Aveiro, empregando uma boa parte da mão-de-obra disponível. Na segunda metade do século XIX, o distrito parece ter entrado numa fase determinante da viragem económica, beneficiando, em grande parte, desta “arte de fazer papel”. Com efeito, a indústria do papel, juntamente com a indústria dos chapéus e da cortiça, era a indústria de maior implantação e a sua fixação em Terras da Feira modificou a região e terras vizinhas. Estas indústrias transformaram, ao longo dos tempos, o distrito de Aveiro num dos pólos mais industrializados do país.

Todavia, a nível nacional, a conjuntura deprimente, herdada dos finais do século XIX, manteve-se sem significativas transformações durante o primeiro quartel do século XX, numa situação similar à vivida em outros sectores industriais do país<sup>25</sup>.

Perante este cenário, várias unidades fabris encerraram e os proprietários, e ao mesmo tempo fabricantes, detentores de outras fontes de rendimento que não o papel, começaram a alugar, sucessivamente, as suas fábricas a antigos operários e mestres papeleros, sendo frequentes os atrasos nos pagamentos das rendas estipuladas, como documentam os apontamentos tomados pelos donos das fábricas nas margens ou no final dos contratos de arrendamento<sup>26</sup>.

---

XVIII (p. 41-48). In **O Papel ontem e hoje. Arquivo da Universidade de Coimbra – Renova**. X semana Cultural da Universidade de Coimbra – *Imaginação*, 2008.

<sup>24</sup> ALVES, Jorge Fernandes – **Indústria e pasta e do papel em Portugal: o grupo Portucel**, (p.159). Portucel SGPS, SA. [s.l.]. Edições Inapa, SA, 2001. ISBN: 972-792.002-8.

<sup>25</sup> CAETANO, Lucília de Jesus – **A indústria no Distrito de Aveiro. Análise geográfica relativa ao eixo rodoviário principal (EN nº I) entre Malaposta e Albergaria-a-Nova**. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, vol.I 1986, (p. 84).

<sup>26</sup> Ver anexo XII – Contrato de arrendamento da fábrica do Candal, 1891.

As mudanças estruturais a nível tecnológico, que se impunham como prementes, continuavam adiadas. A máquina contínua emergira tardiamente e não funcionava da forma esperada. Sabe-se que a primeira máquina contínua, em Portugal, foi instalada somente em 1841, na antiga Fábrica da Abelheira, concelho de Loures<sup>27</sup>. O sector papeleiro parecia adormecido num espaço fechado, procurando soluções de remedeio, que passavam, frequentemente, pelo aperfeiçoamento das máquinas industriais, não tendo a coragem de assumir grandes investimentos. Como não investiam, nem manifestavam um visível esforço para o desenvolvimento das suas unidades fabris, muitos fabricantes vão paulatinamente fechando as portas, no decurso das décadas de 1970 e 1980, coincidindo com o fim de um ciclo que se iniciara no remoto ano de 1708.

## **I.2. – A Indústria do Papel no Distrito de Aveiro e no Concelho da Feira**

O distrito de Aveiro, desde muito cedo se destacou, a nível nacional, como sendo um distrito propício ao desenvolvimento industrial. Várias foram as indústrias que se instalaram no distrito, mas temos de realçar a implantação da indústria do papel, visto que o nosso objecto de estudo incide sobre esta temática.

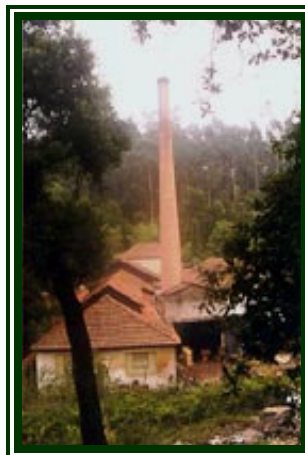
No seio do distrito de Aveiro, a indústria do papel estabeleceu-se, nomeadamente, no concelho da Feira e Terras de Santa Maria. Podemos assegurar, efectivamente, que esta região era bastante propícia à instalação desta indústria, visto que reunia condições, nomeadamente naturais, capazes de responder às necessidades de produção e desenvolvimento da indústria papeleira. Note-se que os moinhos e, especialmente, a água, eram elementos essenciais ao arranque industrial papeleiro: o curso de água corrente dos rios era a força motriz capaz de responder às necessidades industriais. É certo que não podemos esquecer o trapo, visto que este era a matéria-

---

<sup>27</sup> SEQUEIRA, Gustavo de Matos – **A Abelheira e o fabrico do papel em Portugal (História de uma propriedade e de uma fábrica)**, Tipografia Portugal, 1935.

prima essencial ao fabrico do papel, mas ambos se complementam, uma vez que as duas componentes são a base para, posteriormente, se proceder ao fabrico e produção de papel.

“A *Relação das Fábricas de 1788*”<sup>28</sup>, mandada executar pela Real Junta do Comércio e Administração das Fábricas do Reino e Águas Livres, inaugura estatisticamente a história da indústria do papel no distrito de Aveiro<sup>29</sup>. Note-se que, no grupo das fábricas produtoras de papel fino para escrever, depois de se referir à Fábrica de Papel da Lousã e à Fábrica do Rio Papel, em Sintra, é indicada a Fábrica de Nossa Senhora da Lapa. De salientar que neste estudo não foi referido o Alvará Real e respectivas isenções e privilégios da Fábrica de Nossa Senhora da Lapa, concedido por D. João V, em 1708<sup>30</sup>, por um período de 30 anos.



**Fábrica de Nossa Senhora da Lapa** (Engenho Velho, S. Paio de Oleiros)

Fonte: [http://oleiros.tripod.com/historia\\_do\\_papel.htm](http://oleiros.tripod.com/historia_do_papel.htm)

A Fábrica de Nossa Senhora da Lapa permaneceu por quase um século como a única fábrica produtora de papel de todo o distrito de Aveiro, sendo determinante a sua influência no aparecimento de outras fábricas na região. De referir que com esta fábrica se iniciou a tradição da indústria do papel em Terras de Santa Maria. Só mais tarde é

---

<sup>28</sup> DIAS, Luís Fernando de Carvalho – **A Relação das Fábricas de 1788**. Coimbra, 1955.

<sup>29</sup> De entre as fábricas mencionadas, destacamos a Fábrica de Nossa Senhora da Lapa, situada na freguesia de S. Paio de Oleiros, no concelho da Feira.

<sup>30</sup> Ver RODRIGUES, Manuel Ferreira; MENDES, José Amado – **História da Indústria Portuguesa: da Idade Média aos Nossos Dias**, (*op. cit*), (p. 158).

que começaram a surgir outras fábricas de papel que se implementaram no distrito, nomeadamente, a partir de 1795, com a fundação do Engenho Novo<sup>31</sup>. Assim, a indústria do papel passa a constituir um vector verdadeiramente significativo na economia do distrito. Não nos podemos esquecer que o distrito de Aveiro tem, num contexto económico predominantemente agrário, excelentes recursos naturais e um mercado consumidor dos produtos manufacturados, a acrescer aos meios de transporte que asseguravam a sua distribuição<sup>32</sup>.

Um factor preponderante na localização de qualquer fábrica de papel é a proximidade de um rio que possibilitasse a conduta de água. Mas a água constituía não só um factor imprescindível, a nível energético, como também um factor condicionante em termos de laboração, uma vez que era também matéria-prima elementar no fabrico do papel, dependendo a qualidade deste da pureza da água utilizada e das suas propriedades químicas.

Não podemos, ainda, esquecer o espaço rural abrangente como fornecedor de mão-de-obra barata, uma vez que a indústria do papel permaneceu como a actividade dominante, a nível do sector secundário, principalmente nas freguesias de S. Paio de Oleiros e de Paços de Brandão (ambas situadas no concelho da Feira e ambas rurais, até finais do século XIX)<sup>33</sup>. Claro está que o facto desse espaço rural envolvente ser uma zona agrícola rica possibilitou a manutenção da ocupação dos operários na agricultura, quando a falta de água obrigava à paragem das fábricas, nomeadamente no período coincidente com a azáfama das regas e apanha do milho<sup>34</sup>. Nesta altura, e durante algum tempo, os operários das fábricas de papel estavam, ainda, directamente associados à condição de camponês, visto que num meio rural onde estavam instaladas as fábricas, a sua mobilidade laboral era assinalável<sup>35</sup>. Com efeito, graças a esta mobilidade, foi-se gerando uma mão-de-obra especializada no fabrico do papel que, ao longo dos tempos,

---

<sup>31</sup> Designação usada por oposição à Fábrica de Nossa Senhora da Lapa, por isso merecedora do nome de Engenho Velho, como ficou conhecida. Ver SANTOS, Maria José Ferreira dos – **A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (séculos XVIII e XIX)**, (p. 56).

<sup>32</sup> AMORIM, Inês – **Aveiro e a sua provedoria no século XVIII: 1690-1814: estudo económico de um espaço histórico**. Comissão de Coordenação da Região Centro. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 1996.

<sup>33</sup> SANTOS, Maria José Ferreira dos – **A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (séculos XVIII e XIX)**. (*op. cit.*), (p. 42).

<sup>34</sup> *Idem* (p. 36).

<sup>35</sup> *Ibidem*.

foi constituindo um mercado de trabalho favorável à criação de novas indústrias na região.

De acordo com os dados fornecidos pela estatística industrial de 1852, subsistiam no distrito de Aveiro quinze fábricas de papel, onze das quais no concelho da Feira e quatro no de Castelo de Paiva, o que é um facto muito relevante e significativo, visto que, e de acordo com a mesma fonte, em todo o país existiriam, somente, vinte e oito fábricas de papel<sup>36</sup>. Note-se que o distrito de Aveiro, como sublinhamos anteriormente, se destacou neste sector industrial, quando comparado com o resto do país, uma vez que neste distrito estavam instituídas um número considerável de fábricas de papel, espalhadas pelos vários concelhos, nomeadamente, o concelho da Feira, Castelo de Paiva e Ovar.

A grande maioria destas fábricas obrava papel de diferentes qualidades. De salientar, novamente, que a qualidade do papel beneficia da excelente qualidade das águas dos rios.

Uma questão que, desde o início, inquietou os fabricantes do papel no distrito de Aveiro foi o problema de transporte e das redes de comunicação, uma vez que era uma contrariedade imposta ao desenvolvimento e crescimento das indústrias papelarias. Assim sendo, é de evidenciar o facto de se verificar uma carência de estradas e o mau estado das existentes, bem como a falta de condições de navegação do porto de Aveiro, como nos revela Inês Amorim para a segunda metade do século XVIII<sup>37</sup> e Maria José Santos, ao longo do seu estudo<sup>38</sup>.

Estas carências dificultavam o processo de compra de matérias-primas para a produção manufactureira, e conseqüente venda e comercialização do papel, fora do mercado local, sobretudo na cidade do Porto.

Apesar das dificuldades de distribuição, as fábricas de papel instaladas no distrito de Aveiro tinham grande relevo na economia do distrito, possibilitando um desenvolvimento económico notável, a partir do momento em que se o papel se produz com o intuito de ser comercializado em vários mercados nacionais, especificamente no

---

<sup>36</sup> *Idem* (p.29).

<sup>37</sup> AMORIM, Inês – **Aveiro e a sua provedoria no século XVIII: 1690-1814: estudo económico de um espaço histórico**, (*op. cit.*).

<sup>38</sup> SANTOS, Maria José Ferreira dos – **A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (séculos XVIII e XIX)**, (*op. cit.*).

Porto, uma das cidades mais próximas, a que afluíam “gentes vindas de toda a parte”, uma vez que o Porto era uma cidade comercial importantíssima.

Repare-se que a instalação destas unidades fabris pelo distrito esteve fortemente relacionada com os excelentes recursos e condições propícias à sua implantação, apesar de até muito tarde o fabrico do papel ter sido realizado utilizando-se técnicas de fabrico antigas, não beneficiando do uso das máquinas já utilizadas em outras regiões europeias. A mecanização, em Portugal, foi-se introduzindo muito lentamente, até porque a introdução / utilização das máquinas exigia custos elevados e, muitas vezes, os lucros não eram suficientes para liquidar as despesas anuais.

Sabe-se, a partir do arquivo inédito agora tratado, que em Março de 1841 ou 1846<sup>39</sup>, Francisco José de Azevedo ter pedido orçamento para a aquisição de uma máquina contínua, cujas características se encontram discriminadas. Não possuímos, porém, qualquer documento que nos forneça a concretização dessa compra.

Todavia, um facto é incontestável: as fábricas de papel existentes no distrito de Aveiro estavam concentradas, predominantemente, nos séculos XVIII e XIX, no concelho da Feira, que se destacou como um pólo papeleiro, caracterizando, assim, a vida económica do distrito de Aveiro, quer em número de fábricas existentes, quer a nível de produção. Entretanto, na passagem do século XVIII para o XIX, verificou-se um aumento considerável do número de fábricas de papel no concelho, beneficiando das políticas de desenvolvimento da indústria nacional<sup>40</sup>, levadas a cabo pelos governantes da época.

O concelho da Feira, tal como o concelho de Castelo de Paiva, por exemplo, beneficiavam de excelentes recursos naturais, nomeadamente de rios.

Neste contexto, a Fábrica de Nossa Senhora da Lapa desempenhou um papel preponderante na produção de papel fino para escrever e sua consequente comercialização. Esta fábrica foi fundada em 1708, resultado de uma sociedade entre

---

<sup>39</sup> Deparamo-nos com uma indecisão no que diz respeito à datação do documento, uma vez que não é perceptível o último algarismo dessa mesma data, na fonte documental. Ver anexo VIII – Orçamento de uma máquina para fazer papel contínuo.

<sup>40</sup> Em meados do século XIX foram tomadas medidas proteccionistas que tinham em vista proteger as pequenas e médias indústrias, nas quais se integravam as fábricas de papel do distrito de Aveiro e do concelho da Feira.

José Maria Ottone e Vicente Pedro Pedrossen, homem de negócios da cidade do Porto<sup>41</sup>. Nesta sociedade, o primeiro entrou com o conhecimento e o saber sobre o fabrico do papel, enquanto o outro teria entrado com o capital<sup>42</sup>. José Maria Ottone foi, de facto, o pilar desta sociedade, uma vez que este técnico papelheiro introduziu o fabrico de papel no concelho da Feira, fomentando, assim, a indústria papelreira da região. Anos mais tarde, este mestre papelheiro genovês fundou, sob licença régia, a Fábrica de Papel da Lousã, em 1716<sup>43</sup>, visto que a sociedade com Vicente Pedrossen não teve grandes resultados. Com efeito, a produção anual da Fábrica de Nossa Senhora da Lapa era, então, distribuída, sobretudo, para a área da Comarca da Feira, Porto e outras regiões do país.

Os primeiros proprietários de fábricas de papel eram oriundos de dois grupos sociais absolutamente distintos: um primeiro grupo era formado por jovens da nobreza local, senhores de vastas propriedades rurais, homens cultos e empenhados na política concelhia e do Reino. O outro grupo era constituído por indivíduos de condição social mais humilde que, ao contrário dos primeiros, se viam obrigados a comprar para as suas fábricas madeira, proveniente dos pinhais do concelho, enquanto os primeiros tinham pinhais próprios<sup>44</sup>.

As fábricas destes fabricantes de papel eram de menor dimensão económica, quando comparadas, por exemplo, com a Fábrica de Nossa Senhora da Lapa (S. Paio de Oleiros), ou como a Fábrica do Engenho Novo, em Paços de Brandão. Como forma de conseguirem capital para a montagem e aquisição de matérias-primas para a fase de arranque, formaram sociedades<sup>45</sup>.

Como indicador de caracterização social deste grupo diga-se que a alfabetização dos agentes envolvidos neste segundo grupo, tanto proprietários das fábricas, como

---

<sup>41</sup> SANTOS, Maria José Ferreira dos – José Maria Ottone e a Indústria do Papel em Portugal no século XVIII (p. 41-48). In **O Papel ontem e hoje. Arquivo da Universidade de Coimbra – Renova**. X semana Cultural da Universidade de Coimbra – *Imaginação*, 2008.

<sup>42</sup> SANTOS, Maria José Ferreira dos – **A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (séculos XVIII e XIX)**, (*op. cit.*), (p. 33).

<sup>43</sup> ALVES, Jorge Fernandes – **Indústria e pasta e do papel em Portugal: o grupo Portucel**, (*op. cit.*), (p.159).

<sup>44</sup> SANTOS, Maria José Ferreira dos – **A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (séculos XVIII e XIX)**, (*op. cit.*), (p. 95-96).

<sup>45</sup> *Idem* (p. 78).

operários, não iria muito além da capacidade de assinar, sendo por isso uma alfabetização muito rudimentar.

Em paralelo, fala-se, no que se refere ao primeiro grupo mencionado, de um grupo aristocratizado, o do papel, uma vez que era integrado por elementos da nobreza rural, ricos em terras, que faziam investimentos complementares, nomeadamente na indústria, usufruindo dos bons rendimentos agrícolas e criando, assim, novos postos de trabalho.

Foi em grande medida graças ao espírito inovador destes homens, aplicado ao sistema de fabrico do papel, que se notou um fomento e um progressivo desenvolvimento industrial da região, não só do concelho da Feira, como outros concelhos limítrofes, com destaque para Castelo de Paiva, Oliveira de Azeméis e Ovar.

Do ponto de vista das relações sociais, as famílias papeleiras entrecruzavam-se continuamente através de laços familiares, como resultado de um jogo de interesses que ambicionava um aumento de património industrial, segundo revela Maria José Santos no seu trabalho sobre a indústria papeleira no concelho da Feira<sup>46</sup>.

Um outro grupo importante e que merece o nosso reparo, é o dos operários papeleiros. Segundo alguns estudos, as vivências operárias podem ser observadas pela consulta e análise da documentação familiar, deixada por algumas famílias em arquivos particulares, visto que as fontes oficiais, nomeadamente os Inquéritos Industriais, se limitam a enunciar o número de operários que cada fábrica possui, a idade e o género.

Estes dados tornam, porém, notória a existência de um número considerável de mão-de-obra feminina e infantil, visto que era uma mão-de-obra mais barata<sup>47</sup> e essas indústrias poderiam, assim, empregar mais pessoas a baixos custos, fazendo aumentar a produção. Para além das condições discriminatórias em termos de salários, a mentalidade da época não acatava de bom grado o novo *modus vivendi* da mulher que, tradicionalmente, permanecia em casa a cuidar da vida doméstica e a trabalhar no campo.

Com o aparecimento e proliferação da indústria houve uma mudança significativa na comunidade rural de então. Verificou-se uma alteração no modo de vida

---

<sup>46</sup> SANTOS, Maria José Ferreira dos – **A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (séculos XVIII e XIX)**, (*op. cit.*), (p. 141-142).

<sup>47</sup> CABRAL, Estevão – **Memória sobre o papel**. Lisboa, 1812.

dessas comunidades, processo que não foi pacífico, porque provocava profundas alterações na sociedade e mentalidade da época. Até então, o normal seria o homem sair de casa para trabalhar, com o intuito de manter a casa e a família, enquanto a mulher permaneceria em casa a cuidar dos filhos e da vida doméstica e, quando ocupada profissionalmente seria na agricultura ou na indústria de auto-sustento, como a têxtil. A partir do momento em que a indústria se vulgariza, nota-se uma alteração, em alguns casos, brusca, uma vez que a mão-de-obra masculina foi sendo, gradualmente, substituída pela mão-de-obra feminina, que era mais barata e menos especializada.

Essa diferenciação era, de facto, notória nos salários, uma vez que era prática comum os operários beneficiarem de um salário melhor remunerado, em relação ao salário das mulheres<sup>48</sup>. Esta situação era justificada pelo facto de as operárias não exercerem um trabalho que exigisse um grande esforço físico, bem como por se tratar de uma mão-de-obra mais indiferenciada e não uma mão-de-obra qualificada.

Outra situação muito visível, ultrapassada a questão dos salários diferenciados entre homens e mulheres, era a questão do horário de trabalho dos operários: o trabalho era de sol a sol e somente oito meses durante o ano<sup>49</sup>. Saliente-se o facto de estes operários fabris se regerem pelo toque do sino, coincidindo com o iniciar e o findar do dia de trabalho. Repare-se que o apoio à família, por parte das autoridades competentes, era inexistente e as condições de trabalho eram miseráveis (dominava um ambiente sombrio e muito húmido), muito vulneráveis às doenças, nomeadamente tuberculose.

O nível de alfabetização destes operários fabris, como de grande parte da sociedade rural, era quase inexistente, como já sublinhámos, uma vez que na sua maioria não sabiam ler nem escrever. Somente um número muito reduzido de operários sabia ler ou ler e escrever<sup>50</sup>. No que diz respeito às mulheres, dos estudos feitos a nível do concelho da Feira conclui-se que o grupo era maioritariamente analfabeto. Aos poucos, no decorrer dos tempos, foram-se criando condições mínimas e propícias a uma progressiva alfabetização de fabricantes e operários. Como indício desta uma mudança e preocupação, veja-se a criação, em Paços de Brandão, de uma escola de Instrução Primária Masculina<sup>51</sup>.

---

<sup>48</sup> *Ibidem*.

<sup>49</sup> SANTOS, Maria José Ferreira dos – **A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (séculos XVIII e XIX)**, (*op. cit.*), (p. 129).

<sup>50</sup> *Idem* (p. 126-127).

<sup>51</sup> *Ibidem*.

Em suma, a indústria do papel estava fortemente implantada no distrito de Aveiro e, sobretudo, no concelho da Feira, onde podemos encontrar grande parte dessas fábricas. O concelho oferecia condições propícias ao fabrico do papel, como a água dos rios, excepto nos meses de Verão, e possibilitava o aproveitamento energético da água. Por outro lado, todo o espaço rural envolvente possibilitava uma ocupação dos operários, sempre que a falta de água obrigava à paragem das fábricas, mantendo-se uma complementaridade com a actividade agrícola.

### **I.3 – A Família Azevedo Aguiar Brandão e a Indústria do Papel**

Em conformidade com o Padre Joaquim Correia da Rocha<sup>52</sup>, a Família Azevedo Aguiar Brandão vive em Paços de Brandão desde os primeiros anos da nacionalidade, num Solar no centro desta freguesia, conhecido como Casa da Capela<sup>53</sup>, o qual, num passado remoto, poderá ter sido o Paço de Fernand Blandon<sup>54</sup>. Isto porque *Paços* é a abreviatura de *Palácios*, onde Fernand Blandon ergueu a sua casa nobre com torre, como é costume dos Brandões<sup>55</sup>.

Segundo outros estudos, a genealogia da família Azevedo Aguiar Brandão remonta somente ao século XVII, iniciando-se com Domingos da Costa Azevedo que vivia em 1682, na freguesia de Riomeão, concelho da Feira. Esta família sempre foi respeitosamente reconhecida, uma vez que muitos dos seus membros eram pessoas bem formadas, de boa instrução, muitas vezes académica, e ocupavam cargos importantes e de autoridade em todo o concelho, tanto na vida religiosa, como política e militar. Muitos deles marcaram o seu tempo, contribuindo e escrevendo um capítulo para a história da sua família, que muito cooperou no crescimento e desenvolvimento da freguesia de Paços de Brandão, integrando uma elite social e política do concelho.

---

<sup>52</sup> Historiador Local e Missionário do Espírito Santo.

<sup>53</sup> Actual Junta de Freguesia de Paços de Brandão.

<sup>54</sup> Era um dos cavaleiros além Pirenéus que se alistou na hoste do Conde D. Henrique e que se fixou nesta região.

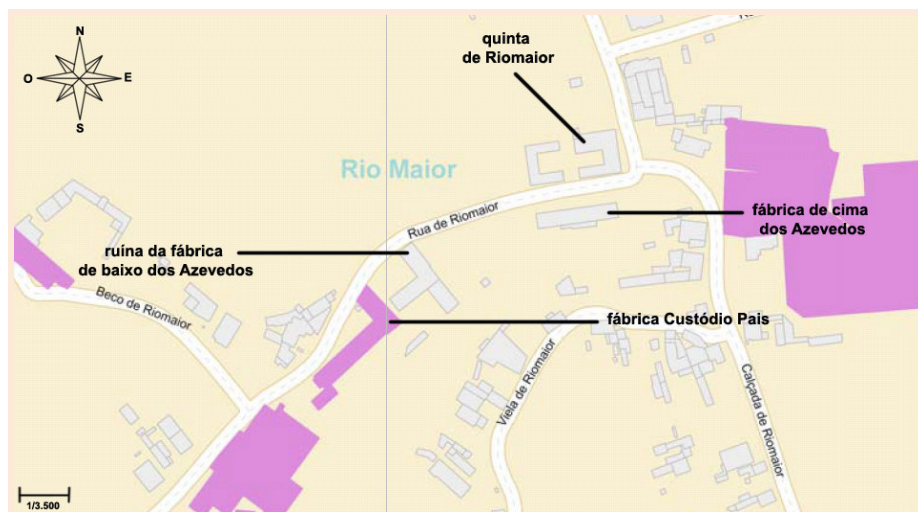
<sup>55</sup> ROCHA, Padre Joaquim Correia da Rocha – **RECORDAR 900 Anos de Paços de Brandão**. Paços de Brandão, 1995.

No início do século XIX, um descendente desta família, Francisco José de Azevedo Aguiar Brandão, edifica uma casa solarenga, no extremo desta freguesia, num lugar que daria o nome à propriedade: Quinta de Riomaior. É precisamente com Francisco José de Azevedo Aguiar Brandão que esta família passa a estar ligada à Indústria do Papel, uma tradição que se manteve ao longo de dois séculos.

De facto, o ano de 1825<sup>56</sup> é o ano da fundação da primeira Fábrica de Papel dos Azevedos, apesar de na documentação oficial, como as *Informações para a estatística Industrial de 1867*, ser apontada a data de 1828 como o ano de fundação desta fábrica, e na *Relação Geral das Fabricas e Officinas do anno de 1845* se referir o ano de 1826 como a data da sua fundação.

As Fábricas de Papel dos Azevedos, situadas em Riomaior, Paços de Brandão, foram, igualmente, edificadas por Francisco José de Azevedo Aguiar Brandão.

#### Localização cartográfica das Fábricas de Papel da Família Azevedo Aguiar Brandão, no lugar de Riomaior, freguesia de Paços de Brandão



Fonte: [https://www.cm-](https://www.cm-feira.pt/portal/binary/com.epicentric.contentmanagement.servlet.ContentDeliveryServlet/Thematic%2520Navigation/Urbanismo/Mapas%2520Tem%25C3%25A1ticos/Mapas%2520Tem%25C3%25A1ticos/apen)

[feira.pt/portal/binary/com.epicentric.contentmanagement.servlet.ContentDeliveryServlet/Thematic%2520Navigation/Urbanismo/Mapas%2520Tem%25C3%25A1ticos/Mapas%2520Tem%25C3%25A1ticos/apen](https://www.cm-feira.pt/portal/binary/com.epicentric.contentmanagement.servlet.ContentDeliveryServlet/Thematic%2520Navigation/Urbanismo/Mapas%2520Tem%25C3%25A1ticos/Mapas%2520Tem%25C3%25A1ticos/apen)

<sup>56</sup> Segundo Maria José Santos, é possível que investigações futuras nos antecipem a data de fundação desta fábrica para o ano de 1824, mas de momento 1825 é a data apontada para a sua fundação. In SANTOS, Maria José Ferreira dos – **A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (séculos XVIII e XIX)**, (*op. cit.*), (p. 90).

[dices/Topon%25C3%25ADmia/ficheiros/Mapas/Mapa%2520de%2520Topon%25C3%25ADmia%2520-%2520Freguesia%2520de%2520Pa%25C3%25A7os%2520de%2520Brand%25C3%25A3o.pdf](#)



**Fábricas de Papel dos Azevedos (Riomaior)**

**Fonte:** fotografia dos anos 40 do século XX. In SANTOS, Maria José Ferreira dos – **A indústria do papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria: séculos XVIII-XIX.**

Santa Maria da Feira: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 1997.



**Fábrica dos Azevedos** (fotografia actual). Edifício integrado no núcleo museológico do Museu do Papel Terras de Santa Maria

**Fonte:** fotografia de Telma Correia (2009)

Francisco José de Azevedo Aguiar Brandão nasceu a 10 de Abril de 1796, na Casa da Torre ou da Capela, fazendo parte de uma família nobre, que em nada se perfilava com a velha nobreza decadente do século XIX, uma vez que, com base na

Genealogia da Família Azevedo Aguiar Brandão, entre os seus membros encontramos liberais empenhados e exemplos de solidariedade humana<sup>57</sup>.

Francisco José de Azevedo Aguiar Brandão, cavaleiro da Ordem de Cristo (por decreto de 28 de Abril de 1837), vereador da Câmara Municipal da Feira (1846), Juiz de Paz e dos Órfãos na freguesia de Paços de Brandão, senhor da Casa de Riomaior, na mesma freguesia, foi um dos nossos primeiros fabricantes de papel, um homem bem formado e esclarecido, uma vez que se empenhava, com afinco, naquilo em que se envolvia, nomeadamente em produzir papel, tornando-se assim, num mestre papeleiro e proprietário da sua fábrica, quando ainda era muito jovem.

Este proprietário utilizou uma estratégia, não inovadora, uma vez que o Padre José Pinto de Almeida já o teria feito anteriormente, pedindo ao rei D. Pedro IV, em 1826, isenção para pagamento de portagem na cidade do Porto<sup>58</sup>, numa tentativa de proteger e salvaguardar os seus produtos, argumentando que não podia competir com os preços das restantes fábricas de papel do país, devido aos elevados encargos a que estava sujeito<sup>59</sup>. Caso não lhe fosse concedida essa isenção, alegava que poderia mesmo ver-se obrigado a fechar a fábrica, por não conseguir fazer face às elevadas despesas.

Posteriormente, pela década de 1840, Francisco José de Azevedo edificou uma segunda fábrica de papel contígua à primeira, que se pensa nunca ter sido registada<sup>60</sup>. A fábrica mais antiga deste proprietário ficou conhecida, em Riomaior, por Fábrica de Cima, enquanto a segunda fábrica se chamaria Fábrica de Baixo. Nestas fábricas produziam-se diferentes tipos de papel: papel pardo de embrulho, papel florete e papel almaço, de acordo com a informação fornecida em diferentes fontes estatísticas.

As fábricas edificadas por Francisco José de Azevedo Aguiar Brandão foram herdadas, após a sua morte, em 1872, pelos seus filhos: Francisco de Azevedo Aguiar Brandão (1848-1891) e José de Azevedo Aguiar Brandão (1851-1925) e, deste, passou para Manuel dos Santos Azevedo Brandão (1899-1979). As fábricas dos Azevedos, como também ficaram conhecidas, ainda obraram durante o século XX. Em 1979,

---

<sup>57</sup> SANTOS, Maria José Ferreira dos – **A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (séculos XVIII e XIX)**, (*op. cit.*), (p.91).

<sup>58</sup> A cidade do Porto consumia grande parte dos produtos produzidos nas fábricas desta região. Ver anexo X – Pedido de isenção de pagamento de portagem na cidade do Porto, 1826.

<sup>59</sup> SANTOS, Maria José Ferreira dos – **A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (séculos XVIII e XIX)**, (*op. cit.*), (p. 93).

<sup>60</sup> *Idem* (p.93).

foram herdadas pelo Dr. Francisco Manuel do Couto Azevedo Brandão. Em 1997<sup>61</sup> passou a ser propriedade da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e actualmente integra o Museu do Papel Terras de Santa Maria. Após obras de recuperação e adaptação a uma nova funcionalidade museológica, este edifício, que é um exemplo de arquitectura tradicional do papel, foi inaugurado no dia 26 de Junho de 2009.

Francisco José de Azevedo Aguiar Brandão não foi o único papelheiro desta família. O seu irmão mais velho, João José de Azevedo Aguiar Brandão, tornou-se, também, mais tardiamente, num industrial papelheiro reconhecido. De salientar que os descendentes de Francisco José de Azevedo Aguiar Brandão estiveram inteiramente ligados às Fábricas de Riomaior, enquanto os descendentes de João José de Azevedo Aguiar Brandão estiveram ligados ao Engenho Novo, como iremos perceber seguidamente.

João José de Azevedo Aguiar Brandão<sup>62</sup> nasceu em Paços de Brandão, em 1793<sup>63</sup> e devotou a sua vida a causas nobres. Dedicou-se, simultaneamente, à política nacional e autárquica, mas a sua vida era preenchida por uma actividade intensa como médico-cirurgião. Para além disso, foi um industrial reconhecido, uma vez que chegou a ser proprietário da Fábrica do Engenho Novo, da Fábrica do Zabumba e da Fábrica da Azenha de Baixo. De salientar que as duas primeiras chegaram até si pelas mãos do Padre José Pinto de Almeida, enquanto a Fábrica da Azenha de Baixo foi edificada por si, no ano de 1844<sup>64</sup>.

---

<sup>61</sup> *Idem* (p.94).

<sup>62</sup> Bacharel formado em Filosofia e Medicina pela Universidade de Coimbra, fidalgo da casa Real, Comendador da Ordem de Cristo, Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada, por serviços distintos prestados, quando se difundiu em Portugal, a epidemia da febre amarela e da cólera morbus (1848), deputado às Cortes, vereador da Câmara Municipal da Feira, entre outros. In Genealogia da Família Azevedo Aguiar Brandão (fonte manuscrita).

<sup>63</sup> Informação fornecida pela Genealogia da Família Azevedo Aguiar Brandão (fonte manuscrita).

<sup>64</sup> De acordo com o estudo concebido pela Dra. Maria José Santos, em 1997.



**Fábrica do Zabumba, S. Paio de Oleiros**

**Fonte:** [http://oleiros.tripod.com/historia\\_do\\_papel.htm](http://oleiros.tripod.com/historia_do_papel.htm)

João de Azevedo Aguiar Brandão<sup>65</sup>, filho de João José de Azevedo Aguiar Brandão, nasceu em 1830<sup>66</sup>. Teve uma vida política muito activa, e administrou a Fábrica do Engenho Novo ainda durante a vida de seu pai, que veio a falecer na Casa do Engenho Novo, em Fevereiro de 1866. João de Azevedo Aguiar Brandão conseguiu conservar a Fábrica do Engenho Novo no grupo das maiores fábricas do concelho da Feira<sup>67</sup>. Morre solteiro e sem descendência directa, deixando, então, legado no seu testamento, o Engenho Novo, a seu sobrinho, Augusto de Azevedo Pinto de Almeida.



**Ruínas da Fábrica do Engenho Novo (Paços de Brandão)**

**Fonte:** arquivo fotográfico do Museu do Papel (1996)

---

<sup>65</sup> Fidalgo, cavaleiro da Casa Real, Comendador da Ordem de Cristo, Vereador da Câmara Municipal da Feira, Procurador da Junta Geral do Distrito de Aveiro, entre outros.

<sup>66</sup> Informação fornecida pela Genealogia da Família Azevedo Aguiar Brandão (fonte manuscrita).

<sup>67</sup> SANTOS, Maria José Ferreira dos – **A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (séculos XVIII e XIX)**, (*op. cit.*), (p.86).

Augusto de Azevedo Pinto de Almeida (1847-1897) começou a trabalhar, desde muito jovem, na fábrica de papel, ao lado do seu tio, João de Azevedo Aguiar Brandão<sup>68</sup>. Com este papeleiro, a Fábrica do Engenho Novo vai adquirir um novo fôlego, como nos dá conta Pinho Leal, em 1876<sup>69</sup>. Porém, em finais do século XIX, a Fábrica do Engenho Novo entra num processo de decadência, passando a ser arrendada, sucessivamente, a diferentes caseiros, tendo sido destruída por um incêndio, em 1958. Actualmente, este antigo espaço fabril, actualmente em ruínas, constitui um núcleo museológico do Museu do Papel.

Pelo exposto, quer em relação à importância da indústria do papel no concelho de Santa Maria da Feira, quer em relação ao papel determinante que a família Aguiar Brandão teve na dinamização dessa actividade, se percebe a relevância do arquivo de família que nos propomos estudar, quer para o estudo desta temática, quer para a dinamização de actividades de extensão cultural pelo Museu do Papel, fazendo apelo a uma memória social que importa não deixar esquecer...

---

<sup>68</sup> *Ibidem*.

<sup>69</sup> LEAL, Pinho – **Portugal Antigo e Moderno**. Vol.VI, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira e Comp., 1875, (p.395).

## II – Projecto. A família Azevedo Aguiar Brandão e a indústria do Papel (séculos XIX e XX)

Numa tentativa de reunir as fontes existentes sobre as fábricas de papel, da família Azevedo Aguiar Brandão, sugerimos a *criação de um núcleo de um Centro de Documentação virtual* (de acesso através da Intranet do Museu do Papel), que tem como finalidade responder às necessidades de pesquisa de qualquer investigador. Deste modo, a divulgação e consulta são objectivos que traçamos inicialmente para a reconstituição do espólio documental em estudo. Assim, traçamos os seguintes objectivos:

- Reunir a documentação de cariz industrial, como forma de reconstituir o espólio documental;
- Fazer o tratamento, descrição e disponibilização da documentação respeitante às fábricas de papel da família Azevedo Aguiar Brandão;
- Divulgar e potenciar, para fins de investigação e de dinamização cultural e patrimonial, um arquivo até agora inacessível.

Este projecto passou por diversas fases:

1. **Digitalização da documentação.** A documentação careceu de um tratamento e manuseamento prévio, identificando-se sequencialmente cada documento, com a atribuição de um código provisório, limpando-se e alisando dobras, com o intuito de melhorar o estado da documentação, de acordo com os procedimentos básicos de preservação/conservação preventiva de documentos;
2. **Fotografia de marcas d' água** que constam nesta documentação. A marca d' água é um elemento pertinente, caracterizador e identificativo do papel, uma espécie de assinatura, pelo que se justifica o seu específico registo para posterior estudo;
3. **Estudo do contexto de produção da documentação:** estudo da Família tutelar do fundo documental e da estrutura orgânico-funcional que sustenta a produção da documentação, a fim de interpretar o conteúdo intrínseco de cada documento;

4. **Percepção da existência de uma estrutura ou lógica de organização próprias ao arquivo.** A documentação encontrava-se acondicionada sem qualquer lógica de organização tipológica ou classificativa aparente, encontrando-se as várias tipologias documentais misturadas, ainda que pudesse ser perceptível, em alguns casos, uma anterior tentativa de organização do arquivo, cujos critérios não foram, para nós, claros;

5. **Identificação das tipologias documentais presentes na documentação;**

6. **Seleção da documentação de cariz industrial para fins de descrição arquivística e tratamento intelectual;**

7. **Descrição arquivística da documentação seleccionada,** respeitando as normas existentes: Norma ISAD (G);

8. **Atribuição de códigos de referência aos documentos,** fazendo corresponder os novos códigos aos códigos provisórios;

9. **Concepção da estrutura da descrição intelectual da informação;**

10. **Concepção e preenchimento de uma base de dados,** que será acessível aos investigadores e, claro está, aos utilizadores comuns;

11. **Reorganização virtual da documentação,** organizando intelectualmente essa mesma documentação segundo um quadro de classificação de natureza funcional e tipológica;

12. **Indexação de conteúdos seleccionados** em ordem à produção de um índice e à apresentação de **entradas de pesquisa da informação;**

13. **Transcrição de documentação seleccionada.** Foram transcritos documentos tidos como pertinentes para a História do Papel, que ilustram cada um dos grupos de tipologias documentais identificadas.

Tendo este projecto uma preocupação de preservação patrimonial, mas também de divulgação cultural, não podia deixar de prestar particular atenção à envolvimento social da indústria do papel no âmbito cronológico anteriormente definido e delimitado. Preocupados com a preservação e reactivação dessa memória social, uma última etapa

estava por cumprir, sendo um dos principais objectivos a atingir o da **divulgação deste projecto**, indo ao encontro das necessidades do utilizador e da vocação da instituição que o acolheu. Para tanto, foi proposta, numa fase inicial, a **criação de um espaço digital**, disponibilizando, em rede *intranet*, a documentação, para que o utilizador a ela possa aceder no espaço do Museu do Papel.

Este projecto, previsto para ser implementado no segundo ano curricular do Curso de Mestrado em História e Património apresenta-se, sem dúvida, como ambicioso. A sua viabilidade só se mostrou exequível devido às condições de trabalho e ao apoio técnico e humano que nos foi proporcionado pelo Museu do Papel de Paços de Brandão, instituição que acolheu o nosso projecto e deu apoio ao nosso trabalho.

### **III – O Arquivo da Família Aguiar Brandão. Acessibilidade, organização, descrição e indexação.**

#### **1. A particularidade dos arquivos de família**

Antes de mais, foi fundamental proceder-se a leituras do conceito de arquivo em geral, arquivo público em oposição com arquivo privado, onde se inserem os arquivos de família. Esta fase foi crucial, uma vez que nos permitiu ter conhecimento de diferentes perspectivas, distintas formas de ver e interpretar os arquivos e sua respectiva organização e gestão.

Segundo Louise Gagnon-Arguin é ao aparecimento da escrita que remonta a origem dos arquivos e da arquivística, bem como o ofício de arquivista<sup>70</sup>. A escrita possibilitou produzir obras literárias, mas também serviu a administração. Assim, desde que o Homem utiliza a escrita para registar informação é possível seguir a evolução do suporte no qual foi inscrita essa mesma informação, o tipo de informação retida, os métodos de trabalho utilizados para tratá-la, bem como a evolução das funções das pessoas responsáveis pela gestão dessa informação<sup>71</sup>.

O termo informação tem sido usado de modo ambíguo e sem especificidade quanto ao seu significado. Apesar de terem surgido, ao longo do tempo, várias definições de informação, é de salientar a sua insuficiência do ponto de vista epistemológico. A maioria das pessoas, sempre que emprega a palavra informação no quotidiano, quer com isso designar um facto, uma notícia, ou qualquer dado do conhecimento. O termo evoca, ao mesmo tempo, o acto de recolher e de dar esclarecimentos. Assim, a palavra informação pode ser usada como substantivo ou na qualidade de sinónimo de ser informado<sup>72</sup>.

Os arquivos foram-se modificando e aperfeiçoando ao longo dos tempos, adaptando-se às características específicas dos diferentes séculos, mas desde muito cedo estiveram intimamente ligados à vida religiosa. Os Conventos e os Mosteiros são

---

<sup>70</sup> cf. ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol – **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. Publicações Dom Quixote. Lisboa, 1994. ISBN: 972-20-1428-5, (p.29).

<sup>71</sup> *Ibidem*.

<sup>72</sup> SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís – **Arquivística – Teoria e prática de uma ciência da informação**, vol. I. Edições Afrontamento, (p. 23).

instituições que possuem belíssimos exemplares de documentos, por vezes singulares, mas os religiosos colocaram entraves à consulta dessa documentação, tornando-se tutores exclusivos das suas bibliotecas e arquivos.

Durante milénios, e até à descoberta dos audiovisuais, os registos escritos irão prevalecer na materialização da memória individual e colectiva. Mediante isto, a importância da escrita levou, sistematicamente, à consciência de que era preciso conservar tais registos, tendo em vista o seu manuseamento, *a posteriori*<sup>73</sup>. Segundo este entendimento, e como já dissemos anteriormente, a origem dos arquivos emerge, certamente, a partir do momento em que a escrita começou a estar ao dispor da sociedade humana, desde as antigas civilizações do Médio Oriente<sup>74</sup>.

Apenas a partir do século XIX, mais propriamente com o eclodir da Revolução Francesa, há uma mudança profunda nos arquivos. O conceito de arquivo, até ao século XIX, era um conceito pouco valorizado e pouco explorado. Somente a partir da Revolução Francesa passa a haver uma valorização do conceito, uma vez que, com o desenvolvimento do nacionalismo, se começa a atribuir ao documento um valor de testemunho, já não num sentido jurídico, mas para refazer a história. De salientar que, após este relevante acontecimento histórico mundial, há uma abertura dos arquivos ao cidadão comum, contrariamente ao que acontecia em séculos anteriores. No século XX, assiste-se a um aumento da quantidade da informação, à sua acessibilidade, à sua valorização e também a um movimento de racionalização da sua utilização<sup>75</sup>.

Entende-se por arquivo o conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou informação. Os arquivos distinguem-se, com base na respectiva proveniência, em arquivos públicos e arquivos privados<sup>76</sup>.

---

<sup>73</sup> *Idem* (p.45).

<sup>74</sup> *Ibidem*.

<sup>75</sup> ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol – **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. Publicações Dom Quixote. Lisboa, 1994. ISBN: 972-20-1428-5, (p.31).

<sup>76</sup> Definição de arquivos, de acordo com a Direcção Geral de Arquivos (IANTT): <http://www.dgarq.gov.pt/>

- São arquivos públicos, os produzidos por entidades públicas ou por pessoas colectivas de utilidade pública administrativa. Os arquivos públicos dividem-se em arquivos de âmbito nacional, regional e municipal.
- São arquivos privados, os produzidos por entidades privadas. Os arquivos privados dividem-se em arquivos de pessoas colectivas de direito privado, integradas no sector público e arquivos de pessoas singulares ou colectivas privadas.

Quanto ao âmbito territorial, os arquivos classificam-se em arquivos nacionais, arquivos regionais e arquivos municipais.

- Os arquivos nacionais reúnem predominantemente a documentação proveniente de órgãos da administração central ou de instituições de âmbito nacional;
- Os arquivos regionais agregam essencialmente a documentação relativa a uma área superior ao âmbito municipal e inferior ao âmbito nacional;
- Os arquivos municipais reúnem especialmente a documentação relativa a um município ou proveniente de organismos do mesmo âmbito<sup>77</sup>.

O acesso aos arquivos é, contemporaneamente, um direito democrático de todos os cidadãos, para além de ser uma exigência da investigação.

Os arquivos são diferentes de bibliotecas, museus ou qualquer outra instituição cultural, uma vez que o documento de arquivo é um objecto substancialmente distinto do documento de biblioteca ou objecto museológico. Os documentos de arquivo são sempre produzidos no contexto de actividades desempenhadas por uma organização, por pessoas ou por famílias. Neste contexto, a família surge como uma estrutura social que pode influir de maneira funcionalmente coesa e com objectivos comuns, por exemplo, a de gestão do seu património.

Os documentos de arquivo não são produzidos porque se pretende concretizar um produto de natureza cultural, científica ou outra. São antes produzidos porque tal é socialmente necessário para desenvolvermos as nossas actividades. Assim sendo, o documento de arquivo é, antes de mais, um meio de prova: a prova ou evidência de que

---

<sup>77</sup> Ver decreto-lei n° 16/93 de 23 de Janeiro de 1993.

praticámos um acto de uma determinada forma num determinado tempo e em que foram envolvidas determinadas pessoas ou entidades.

Por essa razão, os documentos de arquivo têm que ser organizados de acordo com o contexto orgânico-funcional do seu produtor, seja ele uma pessoa singular, colectiva ou uma família. Nesta conformidade, os documentos são organizados de variadas formas, de acordo com os planos de classificação ou apenas sob a forma de índices cronológicos, onomásticos, geográficos, entre outros.

A forma de encontrar informação num arquivo é, pois, através da consulta dos instrumentos de pesquisa ou de descrição que consistem em compilações estruturadas de várias formas e com diferentes graus de detalhe de metainformação sobre os documentos que o arquivo custodia.

Em arquivística subsistem três princípios que estabelecem o fundamento da disciplina. Referimo-nos ao princípio da territorialidade, o princípio do respeito pelos fundos ou princípio da proveniência e da abordagem das três idades. Podemos afirmar, de acordo com o parecer de alguns autores, que estes princípios foram empregues desde o final do século XIX e, designadamente, no século XX, constituindo, assim, a base da arquivística moderna<sup>78</sup>.

O princípio da territorialidade é «o princípio segundo o qual os arquivos públicos, próprios de um território, seguem o destino deste último»<sup>79</sup>. Este princípio foi, ainda, aplicado ao restabelecimento de certos fundos de arquivo a instituições ou a centros de arquivo localizados perto do local de criação, e que tinham sido transferidos por diversas razões<sup>80</sup>.

O princípio da proveniência define-se como sendo um princípio básico da organização de arquivos, segundo o qual deve ser respeitada a autonomia de cada fundo ou núcleo, não agregando os seus documentos com os de outros. Nesse caso, devem conservar a organização estabelecida pela entidade produtora, com o intuito de se

---

<sup>78</sup> ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol – **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. Publicações Dom Quixote. Lisboa, 1994. ISBN: 972-20-1428-5, (p.52-53).

<sup>79</sup> *Ibidem*.

<sup>80</sup> *Ibidem*.

preservar as relações entre os documentos como testemunho do funcionamento daquela entidade<sup>81</sup>. Este princípio, segundo os autores da obra *Os fundamentos da disciplina arquivística*, foi criado inicialmente para melhorar a organização dos arquivos, e auxilia agora como fundamento para a elaboração das normas de descrição dos arquivos.

A abordagem das três idades assenta nas etapas de existência dos documentos. Na idade activa, o documento serve regularmente para a administração. Na idade semiactiva, é usado fortuitamente, e na idade inactiva, é destruído ou conservado de modo permanente, com fins históricos<sup>82</sup>.

Os princípios arquivísticos demonstram o desenvolvimento evidente da disciplina da Arquivística que tinha necessidade de estabelecer as suas práticas em bases mais teóricas, mas serviram também para alimentar o refinamento dos métodos e favoreceram a sua estruturação<sup>83</sup>.

A prévia explanação, aplicável aos arquivos em geral, projecta-se também nas orientações a seguir no caso dos arquivos de família. Um arquivo de família, segundo alguns autores, não é mais do que um conjunto de documentos armazenados, ao longo dos tempos, pelos membros de uma família, no desempenho das suas actividades, quer públicas quer privadas, e por eles conservados e preservados, com o intuito de servir, posteriormente, de testemunho, informação ou fonte histórica.

Como nos explica Olga Gallego, no “*Manual de Archivos Familiares*”<sup>84</sup>, o conceito de arquivo de família inclui-se no âmbito mais geral da história da arquivística, na dicotomia existente entre arquivo público e arquivo privado. Daí a prévia explanação que apresentámos.

Saliente-se que os arquivos de família são, de facto, muito heterogéneos, uma vez que não existe uma uniformidade entre os diferentes acervos familiares, muito pelo contrário. Evidencie-se que grande parte desses documentos<sup>85</sup> não possuem elementos

---

<sup>81</sup> ALVES, Ivone – **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993, (p.77).

<sup>82</sup> *Ibidem*.

<sup>83</sup> *Ibidem*.

<sup>84</sup> GALLEGO, Olga – **Manual de Archivos Familiares**, ANABA, Madrid, 1993.

<sup>85</sup> Como é o caso da correspondência, os apontamentos, as contas, entre outros.

fundamentais à sua categorização e descrição, uma vez que não obedecem a regras rígidas, revelando-se um obstáculo atroz para o arquivista.

Comummente, um arquivo de família está desorganizado, sem uma ordenação lógica ou tipológica coerente, uma vez que os elementos dessa família não possuem a sensibilidade ou conhecimento de como organizar um arquivo. Cabe-nos sensibilizar essas pessoas, com o intuito de organizar esse mesmo arquivo, procedendo-se à classificação e descrição desse acervo documental, obedecendo às normas existentes – ISAD (G) e ISAAR (CPF)<sup>86</sup>.

É extremamente importante debruçarmo-nos sobre a forma como a Legislação Portuguesa aborda a questão dos arquivos, nomeadamente a questão dos arquivos de família. Verifica-se que, por norma, não existe, por parte do legislador, a preocupação em aprofundar as questões de definição, na área arquivística<sup>87</sup>.

Ao legislar sobre os arquivos, o legislador toma consciência do perfil da maior parte dos seus detentores, isto é, se está a referir-se ao proprietário de um arquivo de família, ou a uma instituição<sup>88</sup>. Note-se que a maior parte dos arquivos de família encontram-se na posse de particulares, por isso compete ao Estado dialogar com eles, com o objectivo de conciliar o direito de propriedade e o direito de defesa do património nacional, bem como do direito dos cidadãos<sup>89</sup>.

Existe uma legislação especificamente dirigida aos arquivos, porém encontra-se dispersa pelas mais diversas áreas. No que respeita aos arquivos de família, por ser uma área bem delineada do conjunto dos arquivos, a função é bem mais simples, apesar de a consulta de toda a legislação ser imprescindível. Assim sendo, a Legislação Portuguesa determina dois diplomas, essenciais ao trabalho em arquivos, designadamente em arquivos privados, onde estão inseridos os arquivos de família, mas aplicável também a arquivos de outra natureza<sup>90</sup>.

---

<sup>86</sup>Norma Internacional para os registos de autoridade arquivística relativos a instituições, pessoas singulares e famílias. Ver: [http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/09/isaar\\_pt.pdf](http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/09/isaar_pt.pdf)

<sup>87</sup> GONÇALVES, Manuel Silva, GUIMARÃES, Paulo Mesquita e PEIXOTO, Pedro Abreu – **Arquivos de Família: Organização e Descrição**, Extra – série. Vila Real: Sector Editorial dos SDE, 1996, (p. 10-12).

<sup>88</sup> *Ibidem*.

<sup>89</sup> *Ibidem*.

<sup>90</sup> *Ibidem*.

Observemos o teor dos seguintes decretos, uma vez que considerados essenciais no desenvolvimento deste trabalho:

- Decreto – Lei nº 16/93 de 23 de Janeiro<sup>91</sup> – Regime geral dos Arquivos e do Património Arquivístico: o objectivo deste decreto é o de instituir uma disciplina normativa que sirva de garantia para a valorização, inventariação e preservação do património arquivístico nacional e dos arquivos, visando a sua aprovação, definir os princípios que devem presidir à organização, inventariação, classificação e conservação dos fundos. Pretende-se assim, que este Decreto-Lei concorra para o desenvolvimento de práticas que permitam a guarda, o acesso e o uso deste património arquivístico. Os documentos dos arquivos públicos e os demais arquivos e documentos classificados ou em vias de classificação estabelecem o património arquivístico protegido. A anterior Direcção dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, agora organicamente reformulada, foi, nas últimas décadas, o órgão de gestão nacional dos arquivos, definindo os princípios e regras a que devem obedecer a recolha, o tratamento, a classificação, a conservação e a valorização do património arquivístico. Os arquivos privados classificados estão sujeitos à disciplina técnica e às regras arquivísticas nacionais.

- Decreto – Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro<sup>92</sup>. Em que os princípios fundamentais assentam no seguinte:

- 1 – Estabelecer as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, definindo-se como realidade proeminente para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura.

- 2 – Promover uma política do património cultural que integra as acções promovidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas, pelas autarquias locais e pela restante Administração Pública, visando assegurar, no território português, a efectivação do direito à cultura e

---

<sup>91</sup> Ver [http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/09/16\\_93.pdf](http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/09/16_93.pdf)

<sup>92</sup> Ver <http://www.idesporto.pt/DATA/DOCS/LEGISLACAO/doc080.pdf>

à fruição cultural e a realização dos demais valores e das tarefas e vinculações impostas, neste domínio, pela Constituição e pelo direito internacional.

Este decreto estipula que integram o património arquivístico todos os arquivos produzidos por entidades de nacionalidade portuguesa que se revêem de interesse cultural proeminente. Nele se prescreve que os arquivos devem ser classificados tendo em conta a respectiva proveniência, em arquivos públicos e arquivos privados (estes distinguem-se em arquivos de pessoas colectivas de direito privado integradas no sector público e arquivos de pessoas singulares ou colectivas privadas).

Segundo o seu articulado, cada arquivo inventariado ou apresentado para inventariação deverá ser descrito de acordo com as Normas Gerais Internacionais de Descrição Arquivística, determinando-se para que as respectivas descrições sejam harmonizadas e regularizadas pelos serviços nacionais.

## **2. A concretização do projecto: estudo, preservação, organização intelectual, descrição e organização de um arquivo de família**

Após uma abordagem teórica geral sobre conceitos e metodologias aplicáveis ao trabalho de arquivo em geral e dos arquivos de família em particular, entraremos, seguidamente, na apresentação do relatório de realização do nosso projecto no decurso do estágio, numa tentativa de pôr em prática os conhecimentos adquiridos previamente. Lembramos que nos propúnhamos **criar um núcleo de centro de documentação virtual**, estudando, organizando e classificando o acervo documental da Família Azevedo Aguiar Brandão, numa fase inicial, e posteriormente descrever essa documentação, seguindo as normas internacionais (ISAD – G), no intuito de responder às necessidades de qualquer investigador, minimamente interessado na questão das fábricas de papel desta família em particular ou na indústria do papel, num contexto mais abrangente.

Em primeiro lugar, procedemos à **digitalização da documentação** (vd. CD-Rom – anexo I). A documentação da Família Azevedo Aguiar Brandão carecia de um tratamento minucioso e cuidadoso, para que pudéssemos fazer chegar ao potencial utilizador a documentação da melhor forma possível, atendendo aos procedimentos básicos de preservação/conservação preventiva de documentos, como a limpeza da documentação e o seu manuseamento, com o intuito de proteger e salvaguardar o estado de cada documento. A digitalização e posterior divulgação do documento em suporte informático possibilitam a sua máxima divulgação. Coube-nos digitalizar 138 documentos, de cariz diversificado, uma vez que os documentos não estavam separados por temáticas.

O facto de termos iniciado o nosso trabalho pela fase de digitalização deve-se ao facto de a Documentação da Família Azevedo Aguiar Brandão ter ficado à guarda e em depósito no Museu do Papel Terras de Santa Maria, em Paços de Brandão, comprometendo-se este, como fiel depositário, a conservar e preservar esses bens, podendo-os utilizar em estudos, publicações e exposições permanentes ou temporárias, nas suas instalações ou noutras, nunca podendo invocar o uso capeão pela posse de tais documentos. O depósito foi feito por um período de 10 anos, celebrando-se um protocolo entre as entidades responsáveis para os efeitos: a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e a Sra. Maria Manuela Pereira do Couto Azevedo Brandão Paiva. Devido, porém, à insistência da herdeira e proprietária dessa documentação para que o depósito lhe fosse entregue antes do termo do prazo previamente acordado, urgiu que se procedesse de imediato à digitalização da documentação.

Terminada a fase da digitalização, seguiu-se a **fotografia das marcas d' água** (vd. CD-Rom – anexo 2) que constam na documentação, uma vez que a marca d' água é um elemento pertinente, caracterizador e identificativo do papel. Ao fazermos as fotografias tivemos o cuidado de usar os meios técnicos apropriados, não degradando o documento original.

Para se desenvolver a fase de digitalização da documentação e fotografar marcas d' água foram necessárias 75 horas.

Cumpridas estas tarefas, dedicamo-nos ao **estudo do contexto de produção da documentação**. Neste ponto fizemos um estudo da Família tutelar do fundo documental e da estrutura orgânico-funcional que sustenta a produção da documentação, a fim de interpretar o conteúdo intrínseco do documento. Assim sendo, criamos,

intelectualmente, as respectivas séries e suas divisões, numa tentativa de organizar de forma funcional e orgânica o acervo documental que estávamos a trabalhar.

Dedicamos um capítulo deste projecto à história da família, o qual apresentámos previamente, como forma de contextualizar a produção da informação em análise. Consideramos necessário dar especial ênfase à sua história, uma vez que há uma relação muito estreita entre a Família Azevedo Aguiar Brandão e o desenvolvimento da indústria do papel na região do concelho de Santa Maria da Feira.

Desde logo nos apercebemos que este acervo documental não possuía qualquer estrutura ou lógica de organização tipológica ou classificativa, uma vez que encontramos várias tipologias documentais misturadas. Houve a necessidade de criar uma estrutura lógica de organização própria deste arquivo, para que pudesse ser perceptível, seguindo critérios de organização e classificação.

Posteriormente, passamos à etapa seguinte: **identificação global das tipologias documentais**. A Documentação da Família Azevedo Aguiar Brandão integra diferentes tipologias documentais, referentes a diversas temáticas, entre os quais podemos encontrar:

- Documentos de cariz industrial;
- Documentos pessoais;
- Documentos que tratam o divórcio de um dos membros da família;
- Documentos respeitantes a querelas entre membros da família e seus vizinhos.

Esta tarefa foi morosa e usufruímos da preciosa colaboração da Dra. Maria José Ferreira dos Santos, uma vez que conhece e manuseia melhor que ninguém a documentação em questão. De seguida, elaboramos uma lista com as tipologias documentais do fundo do Arquivo da Família Azevedo Aguiar Brandão. Identificadas as tipologias documentais, procedemos à **selecção da documentação de cariz industrial**. Não estamos a falar em documentação eliminada ou posta de parte. Procedemos apenas a uma escolha, para tratamento intelectual e para núcleo inicial do centro de documentação virtual, de documentos que tratassem da gestão das fábricas de papel desta família, visto que o tema fulcral deste projecto é o das fábricas de papel da Família Azevedo Aguiar Brandão.

A opção de seleccionar a documentação de cariz industrial prende-se com várias razões. O Museu do Papel está estabelecido no espaço de umas antigas fábricas de papel, no lugar de Riomaior, em Paços de Brandão. Por isso, e para concebermos uma articulação entre o Museu do Papel, o espaço envolvente e os seus visitantes decidimos, em consonância com a Dra. Maria José Ferreira dos Santos, Directora do Museu do Papel e depois de consultada a orientadora de tese da FLUP, incluir, nesta primeira fase, somente documentação de cariz industrial no nosso núcleo de centro de documentação.

Seguidamente, debruçamo-nos sobre a **descrição arquivística** (vd. CD-Rom – anexo 3), respeitando as normas existentes: Norma ISAD (G)<sup>93</sup>. Nesta fase, começamos por recolher os dados pertinentes ao preenchimento de uma ficha de recolha de dados, em que foram preenchidos os seguintes campos:

- Código de Referência;
- Título;
- Data de produção;
- Data de descrição;
- Produtor;
- Dimensão e suporte;
- Âmbito e conteúdo;
- Características físicas e requisitos técnicos;
- Notas.

Com a recolha da informação para se proceder ao preenchimento dos campos acima enunciados foi possível tomarmos conhecimento, de uma forma mais directa e minuciosa, do conteúdo da documentação que compreende este acervo documental.

Posteriormente, fizemos a **atribuição de códigos de referência aos documentos**, fazendo corresponder os novos códigos aos códigos provisórios. Procedemos à elaboração de uma tabela de equivalência (vd. Cd- Rom – anexo IV), em que temos os seguintes campos:

- Número de Digitalização / Cota Topográfica;
- Código de Referência.

---

<sup>93</sup> **ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística**: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999”. Conselho Internacional de Arquivos; Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2.ª ed. Lisboa: IAN/TT, 2004.

Passamos, depois, à fase seguinte: **concepção de uma estrutura da descrição intelectual da informação**, permitindo-nos associar a documentação por tipologias e funções. Assim sendo, foi proposto o seguinte quadro classificativo:

**FUNDO – O ARQUIVO DA FAMÍLIA AZEVEDO AGUIAR BRANDÃO E A INDÚSTRIA DO PAPEL (SÉCULOS XIX E XX)**

**A. Gestão Patrimonial**

**A – Património Móvel**

001 – Autos de Vistoria

002 – Avaliação de Bens

003 – Documentos relativos à divisão das águas

**B – Património Imóvel**

001 – Contratos de Arrendamento

002 – Transmissão de Património

002.1 – Escritura de Compra e Venda

002.2 – Testamento

002.3 – Certidão de habilitação de herdeiro

**B. Gestão Financeira**

**A – Contabilidade**

001 – Contas

002 – Facturas

003 – Orçamentos

004 – Recibos

**B – Impostos**

001 – Impostos Industriais

002 – Portagem

003 – Recibos

**C. Gestão Empresarial**

001 – Convenção inter-empresarial

002 – Documentos relativos ao horário de trabalho

**A – Estatísticas**

001 – Documentos relativos à estatística industrial

**B – Encomendas**

001 – Encomendas de papel

**C – Formulários**

001 – Boletins (em branco)

**D – Comunicados**

001 – Comunicados

002 – Notificações

**D. Correspondência**

**A – Correspondência Expedida**

001 – Cartas de Mercê

002 – Correspondência Industrial

**B – Correspondência Recebida**

001 – Correspondência Industrial

Cumpridas estas tarefas, **preenchemos uma base de dados** (vd. CD-Rom – anexo V), que estará, futuramente, disponível e acessível aos investigadores e aos utilizadores comuns, mas a partir do espaço do Museu de Papel, servindo-se da plataforma *intranet*. Inicialmente, iríamos proceder ao preenchimento de uma base de dados em *Inarte Premium: Arquivos Históricos*, mas, por motivos que nos ultrapassam, não nos foi possível avançar, uma vez que o Museu não pôde adquirir tal ferramenta. Assim, decidimos prosseguir com o trabalho, usando um suporte de registo de dados acessível a todos, o Excel (folha de levantamento de dados) que pode, futuramente, ser exportado para outra base de dados mais sofisticada.

De seguida, procedemos à **reorganização virtual da documentação**, organizando intelectualmente essa mesma documentação, segundo um quadro de classificação de natureza funcional e tipológica. De salientar, de novo, que o fundo documental original não se encontra armazenado no arquivo do Museu do Papel. Esse

acervo esteve connosco enquanto estávamos a efectuar a sua digitalização e consequente fotografia das marcas d' água. Entretanto, esse acervo documental retornou, novamente, à família detentora, com a mesma organização física com que o recebemos.

Importava, então, definir índices de pesquisa. Produzimos, portanto, índices, fazendo a **indexação de conteúdos seleccionados em ordem à produção de um índice e à apresentação de entradas de pesquisa informática da informação** (vd. CD-Rom – anexo VI). Optámos pela elaboração dos seguintes índices<sup>94</sup>:

- Temático (por tipologias documentais);
- Onomástico (por autor e/ou produtor (es) da documentação);
- Topográfico e toponímico (indexação pelo nome das diferentes fábricas, em estudo e as respectivas freguesias onde as podemos localizar, por exemplo).

A elaboração de índices de pesquisa foi realizada de uma forma criteriosa, de acordo com a temática em estudo. Utilizámos uma linguagem controlada, tendo como base a descrição feita no campo relativo ao âmbito e conteúdo dos documentos. A partir destes índices, o utilizador pode efectuar a sua pesquisa de forma livre ou controlada.

Posteriormente, passámos à **transcrição da documentação seleccionada** (vd. CD-Rom – anexo VII-XII), ou seja, procederemos à transcrição de documentos tidos como pertinentes para a História do Papel, que ilustrassem cada um dos grupos de tipologias documentais identificadas. A opção foi a de transcrever uma pequena amostragem da documentação, mas diversificar a tipologia documental transcrita, tendo em conta o quadro de classificação da documentação.

O objectivo último é o de vir a proceder à transcrição integral de todos os documentos, e respectiva indexação de conteúdos, em ordem a uma mais exhaustiva consulta de informação e uma disponibilização dos documentos que seja compreensível a todos.

---

<sup>94</sup> MENDES, Maria Teresa Pinto; SIMÕES, Maria da Graça – **Indexação por assuntos: princípios gerais e normas**. Lisboa, 2001: Gabinete de Estudos a&b. ISBN: 972-98827-0-3.

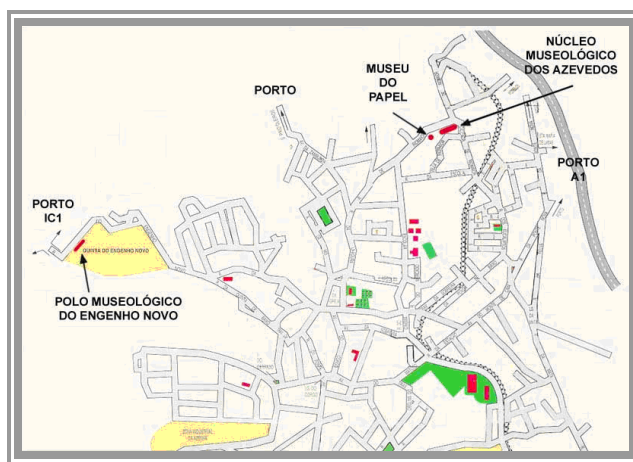
### 3. Tarefas Complementares desenvolvidas durante o estágio

#### 3.1. Contacto com o complexo do edificado do Museu do Papel e familiarização com a sua dinâmica

O Museu do Papel, Terras de Santa Maria, situado em Paços de Brandão, freguesia do concelho de Santa Maria da Feira, integra-se no grupo de Museus de Ciência e da Técnica, constituindo pelas suas características, um museu monográfico, dedicado à História da Indústria do Papel<sup>95</sup>.

O museu está instituído em duas antigas fábricas de papel do século XIX: a Fábrica de Custódio Pais e a antiga Fábrica dos Azevedos, ambas adquiridas pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

#### Localização cartográfica do núcleo museológico do Museu do Papel Terras de Santa Maria



**Fonte:** arquivo (antigo site) do Museu do Papel

A história da Fábrica de Custódio Pais iniciou-se em 1822, data da escritura de sociedade que deu origem a um pequeno engenho de papel que teve como sócia fundadora uma mulher, de seu nome Lourença Pinto, moradora no lugar de Riomaior, Paços de Brandão. Essa sociedade foi estabelecida com Joaquim de Carvalho, da

---

<sup>95</sup> SANTOS, Maria José Ferreira dos – Museu do Papel Terras de Santa Maria. In Revista **Villa da Feira Terra de Santa Maria**. LAF – Liga dos Amigos da Feira., Ano II, nº 4. Junho de 2003, ISBN 1645-4480 (p.13).

freguesia de Lamas, antigo operário ou mestre papelero, que conhecia esta arte de fazer papel. Na propriedade de Lourença Pinto, em Riomaior, existiam três moinhos de cereal e sobre dois desses moinhos, foi edificado um engenho de papel<sup>96</sup>.



**Antiga fábrica (de papel) de Custódio Pais.** Edifício integrado no Museu do Papel  
Terras de Santa Maria.

**Fonte:** arquivo fotográfico do Museu do Papel (2009)

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, em 1997, comprou a Fábrica de Cima da Família Azevedo Aguiar Brandão, que ainda laborou até à década de oitenta do século XX. Essa compra incluiu, ainda, toda a área das levadas e açude, bem como as ruínas da Fábrica de Baixo, que havia sido destruída em 1954 por uma tromba-d'água<sup>97</sup>.

---

<sup>96</sup>*Idem*, (p.11).

<sup>97</sup>*Idem* (p.13).



**Antiga fábrica (de papel) dos Azevedos**

**Fonte:** arquivo fotográfico do Museu do Papel (1997)



**Ruínas da fábrica de papel “de baixo” dos Azevedos**

**Fonte:** <http://www.jf-pacosdebrandao.pt/patrimonio2.html>

A dinâmica deste museu passa por vários objectivos, que vão ao encontro da comunidade, de diferentes grupos etários. Por isso, a sua equipa, neste caso concreto os Serviços Educativos<sup>98</sup>, incrementou o projecto: *O Despertar do Museu a Novos Públicos*, desenvolvendo um conjunto de actividades que se enquadram no ambiente industrial que o próprio museu oferece, dirigindo-se a públicos com específicos.

Para os mais novos foram criadas oficinas pedagógicas, como: *descobrir a reciclagem do papel; descobrir o engenho da Lourença; descobrir o papel reciclado*. Para pessoas portadoras de deficiência visual foi desenvolvido o projecto: *o sentido do*

---

<sup>98</sup> Os Serviços Educativos são um elemento fundamental ao funcionamento do museu, dinamizando a relação com o público que o visita, de acordo com o grupo etário, promovendo diferentes actividades e exposições que vão ao encontro das necessidades da comunidade.

*sentir: sonoridades e texturas do papel*, que pretende propiciar a este público o conhecimento da História do Papel, a partir da interiorização das condições técnicas de produção e dos conteúdos da exposição permanente, possibilitando uma percepção real do processo de fabrico, a partir de réplicas à escala das principais peças deste processo.

A oficina *embalagens de outros tempos* destina-se à produção de cartuchos num espaço que recria uma sacaria, em que os participantes podem fazer os seus próprios cartuchos, de tamanhos variados e com utilidades distintas, conduzindo-nos ao “tempo das mercearias” e valorizando a função do papel noutros tempos.

*O sentido do sentir: a importância de um gesto* pretende proporcionar o acesso ao conhecimento da História do Papel, a partir da valorização do gesto e da força da imagem, conseguindo de forma lúdica, a interiorização de mensagens.

Por fim, *um dia diferente: maleta pedagógica* que ambiciona atingir segmentos de públicos com limitações de deslocação ao museu, através de uma oficina móvel, promovendo, com fins terapêuticos, a produção manual do papel de algodão e incrementando diferentes dinâmicas em espaços exteriores ao museu<sup>99</sup>.

Para além disso, foram realizados dois filmes temáticos directamente articulados com o nosso projecto, uma vez que um deles retrata, com testemunhos reais, os últimos dias de laboração de uma fábrica de papel, enquanto o outro nos explica como funcionam as máquinas indispensáveis à produção de papel.

Em ordem à nossa inserção, como elemento de uma equipa altamente motivada e qualificada, no decorrer do estágio no Museu do Papel Terras de Santa Maria desenvolvemos outras actividades complementares que não surgiam no plano traçado inicialmente.

Visitamos uma antiga fábrica de papel, em Paços de Brandão, denominada a Fábrica da Azenha de Baixo. Foi uma espécie de visita guiada, feita pela Dra. Maria José Ferreira dos Santos, em que nos foi mostrado o espaço e toda a sua envolvência. Através das suas palavras pudemos fazer uma viagem no tempo, recuando a um passado em que as máquinas ainda laboravam...

Para além desta fábrica inactiva que visitámos, estivemos ainda numa antiga sacaria em S. Paio de Oleiros, igualmente inerte, mas que continha, ainda, algumas máquinas e outros utensílios fundamentais à sua actividade. Todo o espaço era muito

---

<sup>99</sup> <http://www.museudopapel.org/>

agradável e os herdeiros foram extremamente gentis em acolher-nos, mostrando-nos todo aquele cenário e fazendo-nos recuar ao tempo dos nossos pais ou mesmo dos nossos avós...

Estas visitas, saliente-se, foram enriquecedoras e basilares para o aperfeiçoamento do nosso trabalho, uma vez que tendo um contacto mais direccionado com as dinâmicas em estudo e adquirindo consciência da funcionalidade das máquinas e também dos espaços, conseguimos visualizar, mesmo que mentalmente, o modo, o procedimento e o funcionamento dessas unidades fabris.

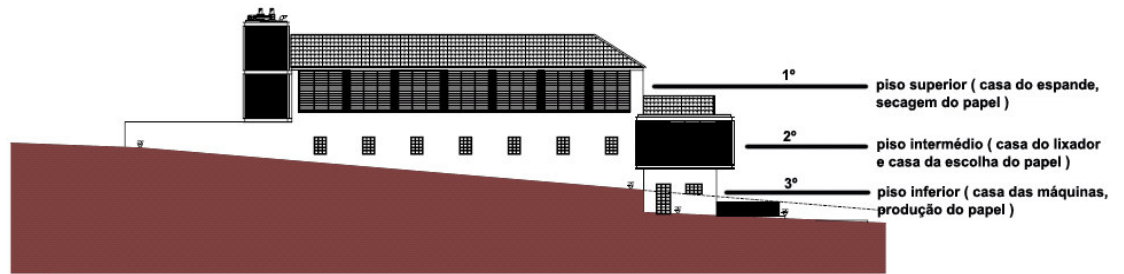
Foi, de facto, fundamental abordarmos a questão dos espaços, porque, particularmente numa fábrica de papel, cada espaço tem uma função muito própria. Ora vejamos: comumente, uma fábrica de papel apresenta três pisos, isto é, um piso inferior, ao nível do rio, local onde funcionam as máquinas e onde se produz o papel. O segundo piso fica ao nível da estrada, uma vez que se destina a recepcionar os clientes e onde se escolhia e se separava o papel por qualidades. Por fim, um piso superior, que se destinava à secagem do papel. O papel era seco num piso superior, uma vez que era o local menos húmido e mais arejado e por isso mais adequado ao fim a que se destinava. Note-se que este espaço, o *espande*, é um dos espaços mais característicos de uma fábrica de papel. As persianas de madeira que propiciavam um cenário cheio de luz, e com uma luminosidade muito específica, ao contrário dos outros espaços da fábrica, que eram sombrios e húmidos.



**Fotografia actual da antiga fábrica “de cima” dos Azevedos, que integra o núcleo museológico do Museu do Papel Terras de Santa Maria**

**Fonte:** Telma Correia (2009)

## Planta – os distintos pisos, numa fábrica de papel



Fonte: [https://www.cm-feira.pt/portal/binary/com.epicentric.contentmanagement.servlet.ContentDeliveryServlet/Thematic%2520Navigation/Urbanismo/Boas%2520Pr%25C3%25A1ticas/Boas%2520Pr%25C3%25A1ticas%2520de%2520Constru%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520-%2520Reabilita%25C3%25A7%25C3%25A3o/apendices/Plantas/ficheiros/Plantas/2%2520Alcados\\_1.pdf](https://www.cm-feira.pt/portal/binary/com.epicentric.contentmanagement.servlet.ContentDeliveryServlet/Thematic%2520Navigation/Urbanismo/Boas%2520Pr%25C3%25A1ticas/Boas%2520Pr%25C3%25A1ticas%2520de%2520Constru%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520-%2520Reabilita%25C3%25A7%25C3%25A3o/apendices/Plantas/ficheiros/Plantas/2%2520Alcados_1.pdf)

Todas as tarefas e actividades complementares desenvolvidas no decurso do nosso estágio no Museu do papel das Terras de Santa Maria revelaram-se, pois, de grande valia para a contextualização do nosso trabalho e para uma melhor compreensão na análise, organização e descrição dos documentos em estudo, de que resultou o produto final disponível, em anexo informático, (vd. Cd-Rom), que acompanha este relatório.

### 3.2. Formação profissional complementar

Em simultâneo, e no decurso do estágio, frequentámos também as *workshops* “Gestão de colecções” e “Arquivo e gestão de arquivos e documentos nas autarquias locais”, promovidos pela BAD, que nos facultaram conhecimentos técnicos e científicos adicionais para a elaboração do trabalho a realizar. Importa salientar que, não dispondo de uma formação em Arquivística a nível de licenciatura, foram numerosos os problemas com que nos debatemos neste domínio, os quais procurámos superar recorrendo à ajuda de bibliografia e a trocas de impressões constantes com as orientadoras, científica e de estágio, que não são, porém, também, arquivistas ... Estivemos, igualmente, presentes no “Seminário: Desenvolvimento e Inovação”, integrado nas II Jornadas do Património, promovido pela Câmara Municipal de Ovar.

Na verdade, embora tendo frequentado o Ramo de Arquivos Históricos, e como tal tendo optado por tratar um objecto – um arquivo de família – que directamente se relacionava com essa especialização, vemos, na verdade, o nosso trabalho como um projecto de preservação patrimonial e de divulgação cultural, e como um modesto contributo para a preservação e divulgação de uma memória social de que partilham ainda gerações contemporâneas do concelho de Santa Maria da Feira, ou por si próprias, ou como herança familiar.

## **IV – Conclusão**

Ao finalizarmos este estudo, chegámos à conclusão de que muito ficou por dizer e por fazer e que poderíamos aprofundar ainda mais determinados aspectos que não focámos, que não concretizámos ou a que não dedicámos a atenção devida. Realizámos este trabalho com muita motivação, afínco e dedicação, mas temos consciência de que, futuramente, nos debruçaremos, novamente, sobre esta temática com novas motivações e, esperamos, com acrescidas capacidades e novas ferramentas técnicas e científicas.

Este projecto foi idealizado e concretizado com muito prazer, tanto pela temática que envolve, e que sempre nos motivou, como pela própria investigação a que nos submeteu. Não se pense que foi um percurso simples. Muito pelo contrário. Tínhamos, continuamente, consciência que o tempo escasseava e que não nos poderíamos dispersar, nem enveredar por outros caminhos, por mais vontade que tivéssemos em explorar ou dedicar especial atenção a determinados aspectos que nos iam surgindo, à medida que desenvolvíamos este projecto, porque num abrir e fechar de olhos teríamos de entregar o projecto concluído.

A integração na instituição foi excelente. Logo desde início fui bem aceite e bem recebida pela equipa que integra o Museu do Papel. Sempre disponíveis, mesmo em momentos de grande afluência de público e com outras questões prementes para resolver, como as obras e inauguração do novo espaço, o trabalho em equipa sempre funcionou e é um facto a ressaltar, uma vez que este aspecto é cada vez mais difícil, numa sociedade de “atropelo” e cada vez mais competitiva.

Agradeço a todos os colegas pela disponibilidade e apoio, mas um agradecimento especial à Dra. Maria José Ferreira dos Santos, minha orientadora no Museu, que me esclareceu e ensinou aspectos determinantes para a concretização deste projecto. Saliente-se que a Dra. Maria José é, de facto, uma investigadora experiente sobre a história do papel, especialmente neste concelho de Santa Maria da Feira, a única capaz de me elucidar sobre esta questão tão presente durante a execução deste projecto. Por outro lado, os meus agradecimentos à Professora Dra. Amélia Polónia pela sua preocupação, acompanhamento, disponibilidade e compreensão permanente ao longo

desta formação contínua. Em síntese, a realização deste projecto só aconteceu graças ao apoio permanente das minhas orientadoras, incansáveis e aplicadas, para que este projecto se concretizasse.

De referir que este projecto foi o início de um investimento, pessoal e profissional, numa área ainda em sedimentação, mas que, futuramente, estará difundida e que merecerá uma atenção mais peculiar. Este projecto contém, com certeza, algumas lacunas que, posteriormente serão trabalhadas, com o intuito de o aperfeiçoar. Podemos afirmar que este *núcleo de centro de documentação virtual* estaria melhor constituído, caso possuíssemos documentação relativa a legislação, a alvarás régios, a concessões de privilégios a estas fábricas de papel, mas a documentação desse cariz acha-se, designadamente, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. Inicialmente, tomámos a decisão de, numa primeira fase, trabalhar a documentação da Família Azevedo Aguiar Brandão, Casa de Riomaior, uma vez que se tratava de um arquivo de família. Posteriormente, já sem prazos pré-definidos, calmamente, até indo ao encontro das necessidades do investigador, quiçá, reuniremos toda essa documentação que se encontra dispersa pelos diversos arquivos.

Em suma, em todas as épocas a informação apresentou-se como um veículo indispensável à sociedade, seja para a sua organização e funcionamento, para o aperfeiçoamento das suas instituições, para o exercício do poder, numa tentativa de conquistar os seus direitos. Actualmente, perante as modificações da sociedade, a informação transformou-se um instrumento ainda mais eficaz e essencial. Mas a informação, nomeadamente a histórica, não pode ser objecto de análise de uma única disciplina...

De todo este processo extraímos, nós, um ensinamento prático: numa dinâmica de preservação patrimonial e de mediação cultural não pode haver fronteiras: a informação sobre as memórias colectivas das comunidades que servimos deve ser preservada, estudada e partilhada de uma forma activa, dinâmica e numa lógica de complementaridades que esbate já e deve diluir cada vez mais, no futuro, as fronteiras entre as diversas áreas do saber e as várias disciplinas que, conjuntamente, contribuam para um objectivo comum. Ciência da Informação, Museologia, História, Arqueologia, todas devem contribuir, numa lógica multi e interdisciplinar, para o conhecimento, a reconstituição, a preservação e a divulgação de um património e de uma memória que se

reportam a vivências históricas que não conheceram, na prática, as fronteiras impostas pelas aproximações e, por vezes, pelas ferramentas que cada uma das disciplinas pretende manusear de forma especializada.

A realização deste projecto e a nossa experiência de estágio em local de trabalho foi, para nós, uma lição de como, na prática, a demolição de fronteiras pode ser benéfica, produtiva e de grande valia para quem mais importa servir: a sociedade, a comunidade de cidadãos que devem e podem usufruir com o nosso trabalho, mesmo se e quando formulado em espaços e com exigências académicas.

*Trapos fazem papel*  
*Papel faz dinheiro*  
*Dinheiro faz bancos*  
*Bancos fazem dívidas*  
*Dívidas fazem mendigos*  
*Mendigos fazem trapos*<sup>100</sup>.

---

<sup>100</sup> PINHEIRO, Ana Virgínia – **Da sacralidade do pergaminho à essência inteligível do Papel**. In Marco Doctors, org., **A CULTURA DO PAPEL**, Rio de Janeiro, Fundação Eva Klabin Rapaport, Casa da Palavra, 1999, (p. 74).

## **Bibliografia**

ASUNCIÓN, Josep – **O Papel. Técnicas e métodos tradicionais de fabrico.** Coleção artes e ofícios. Lisboa: Editorial Estampa, 2002, 1ª edição.

ALVES, Ivone; RAMOS, Margarida Maria Ortigão; GARCIA, Maria Madalena; PEREIRA, Maria Olinda Alves; LOMELINO, Maria Paula; NASCIMENTO, Paulo Coelho – **Dicionário de Terminologia Arquivística.** Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.

ALVES, Jorge Fernandes – **Indústria e pasta e do papel em Portugal: o grupo Portucel.** [s.l.]: Portucel SGPS, SA, Edições Inapa, SA, 2001.

ALVES, Jorge Fernandes – **A Estruturação de um sector Industrial: a pasta de papel.** Porto: Faculdade de Letras do Porto, Lição de Síntese para Provas de Agregação em História, 1990.

AMORIM, Inês – **A Descrição da Comarca da Feira – 1801.** In Separata da «Revista da Faculdade de Letras», Porto, II Série, vol.XI, 1994.

AMORIM, Inês – **A indústria: as fábricas de papel.** In **Aveiro e sua Provedoria no século XVIII: 1690-1814: estudo económico de um espaço histórico,** Comissão de Coordenação da Região Centro. Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1996 (p. 442 e 443).

BANDEIRA, Ana Maria Leitão – **Pergaminho e Papel em Portugal: tradição e conservação.** Lisboa: CELPA Editores / BAD, 1995.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli – **Arquivos permanentes: tratamento documental.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 4ª edição, 2007. ISBN: 85-225-0474-1.

**Boletim Estatístico da Indústria papeleira portuguesa.** Lisboa: CELPA Associação da Indústria Papeleira, 1994.

CABRAL, Estevão – Memória sobre o Papel. In **Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da Agricultura, das Artes e da Indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)**. Lisboa: Banco de Portugal, Tomo IV, 1991.

CAMPOS, Maria do Rosário Castiço de – **Redes de Sociabilidade e de poder: Lousã no século XVIII**. Parte II- A fábrica de papel no século XVIII, (p. 75-131). Parte IV – Percursos sociais, (p. 237-328). Coimbra, 2003.

CAETANO, Lucília de Jesus – **A indústria no Distrito de Aveiro – análise geográfica relativa ao eixo rodoviário principal (EN nº1) entre Malaposta e Albergaria-a-Nova**. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra, vol.1 e 2, 1985.

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO – **Os factores de localização industrial na região centro - perspectiva dos empresários**. Coimbra, 1984.

COSTA, P.<sup>o</sup> Avelino de Jesus da – **Normas Gerais de Transcrição e Publicação de Documentos e Textos Medievais e Modernos**. Coimbra: Instituto de Paleografia e Diplomática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 3ª edição, 1993.

ECO, Umberto – **Como se faz uma tese em Ciências Humanas**. Lisboa: Editorial Presença, 13ª edição, 2007.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça – **Dicionário do Livro**. Guimarães Editores, 1988.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça – **Novo Dicionário do Livro – da escrita ao multimédia**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.

FERNÁNDEZ, Eduardo Núñez – **Organización y gestión de archivos**. Gijón: Ediciones Treas, S. L., 1ª edição, 1999. ISBN: 84-95178-37-0.

- GLAISTER, Geoffrey Ashall – **Encyclopedia of the BOOK**. Second Edition, 2001.
- GODINHO, Vitorino Magalhães – **Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa**. Montijo: Arcádia, Temas Portugueses – 1- 3ª edição, 1977.
- LAINS, Pedro – **A evolução da agricultura e da indústria em Portugal (1850-1913) – uma interpretação quantitativa**. Lisboa: Banco de Portugal, História Económica, 1990.
- LAINS, Pedro – **A economia portuguesa no século XIX: crescimento económico e comércio externo 1851-1913**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.
- LAINS, Pedro – **História económica de Portugal, 1700-2000**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2004.
- MACEDO, Jorge Borges de – **Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII**. Lisboa: Estudos de Economia Aplicada, 1963.
- MADUREIRA, Nuno Luís – **Mercado e Privilégios: A Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834**. Lisboa: Editorial Estampa, 1ª edição, 1997.
- MATTOSO, José – O Antigo Regime (1620-1807): A Indústria, (p. 89-117). In **História de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. IV, 1993.
- MATTOSO, José – O Liberalismo (1807-1890): etapas e limites da industrialização, (p. 355-367). In **História de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. V, 1993.
- MELO, Arnaldo Faria de Ataíde e – **O Papel como elemento de identificação**. Lisboa. Publicações da Biblioteca Nacional, 1926.
- MENDES, José Amado – **A área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927**. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984.

MENDES, Maria Teresa Pinto; SIMÕES, Maria da Graça – **Indexação por assuntos: princípios gerais e normas**. Lisboa: Gabinete de Estudos a&b, 2001. ISBN: 972-98827-0-3.

MÓNICA, Maria Filomena – **A formação da classe operária portuguesa – antologia da Imprensa Operária (1850-1934)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

OLIVEIRA, Aurélio de – **Fabrico do Papel em Braga no século XVI**. In Separata «Revista da Faculdade de Letras – História», Porto, III Série, vol.8, 2007.

PEDREIRA, Jorge Miguel – **Estrutura sectorial e regional da indústria portuguesa: estatística e cartografia. Os inquéritos industriais da Junta do Comércio (1815-1825)**. In Revista de História Económica e Social, nº 27: Livraria Sá da Costa Editora, 1982.

POLASTRON, Lucien X. – **Le Papier: 2000 ans d' histoire et de savoir-faire**. Paris: Imprimerie Nationale Éditions, 1999.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van – **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 4ª edição, 2005.

RIBEIRO, Fernanda – **Gestão da Informação / Preservação da Memória na era pós-custodial: um equilíbrio precário?** (comunicação). [s/d].

RIBEIRO, Fernanda – **Da arquivística técnica a arquivística científica: a mudança de paradigma**. In Revista da Faculdade de Letras, Porto: Ciências e Técnicas do Património. I Série, vol. 1, 2002 (p. 97-110).

RIBEIRO, Fernanda – **O acesso à informação nos arquivos**. Porto, 1998: [Edição do Autor].

RIBEIRO, Fernanda – **Indexação e controlo de autoridade em arquivos**. Porto: Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico, 1996. ISBN: 972-605-041-3.

RODRIGUES, Manuel Ferreira; MENDES, José M. Amado – **História da Indústria Portuguesa – da Idade Média aos Nossos Dias**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1999.

ROCHA, Padre Joaquim Correia da – **Recordar: 900 anos d Paços de Brandão**. Paços de Brandão: Junta de Freguesia de Paços de Brandão, 1ª edição, 1995.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol – **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1ª edição, 1998.

SANTOS, Maria José Ferreira dos – **A Indústria do Papel em Paços de Brandão e Terras de Santa Maria (séculos XVIII e XIX)**. Santa Maria da Feira: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. Santa Maria da Feira, 1997.

SERRÃO, Joel – As fábricas. In **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Livraria Figueirinhas, vol. II, 1989 (p. 515-519).

SERRÃO, Joel – A Indústria. In **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Livraria Figueirinhas, vol. III, 1989 (p. 301-315).

SERRÃO, Joel – Papel, indústria do. In **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Livraria Figueirinhas, vol. IV, 1989 (p. 540-541).

SERRÃO, Joel – Indústria / Industrial. In **Dicionário de História de Portugal**. Porto: Livraria Figueirinhas, vol. VII, 1990 (p. 262-273).

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís – **Arquivística. Teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SILVA, Armando Malheiro da – **A gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento científico** (comunicação). In Seminário Internacional de Arquivos de tradição Ibérica.

SILVA, Francisco Ribeiro da – **Estrutura Administrativa do Condado da Feira no século XVII**. In Separata do vol. IV da Revista de Ciências Históricas da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, 1989, (p. 255-271).

TAVORA, D. Luiz de Lancastre e – **Dicionário das famílias Portuguesas**. Lisboa, 1989: Quetzal Editores.